

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



CAFÉ EM FLOR

SABE O QUE REPRESENTA O SEU ANIMAL?

Desde a mais remota época vem o homem se dedicando aos animais, domesticando-os e selecionando-os afim de adaptá-los a uma determinada função ou finalidade.

Assim, entre as diversas espécies de animais, domesticados e selecionados há anos pelo homem, poderíamos lembrar a BOVINA, cuja finalidade é produzir a carne e o leite; a SUINA, na produção de banha e também de carne; a OVINA, na produção de lã; os EQUÍDEOS, utilizados para tração, sela e esporte; os CANINOS, na caça, animais de guarda, e, principalmente como animal de estimação. Todos estes produtos, a carne, a banha, lã, etc., representam para o criador o valor dos seus animais e também para o Brasil, país cuja maior riqueza é representada, em grande parte pela pecuária.

Proteja seus rebanhos contra as doenças infecto-contagiosas, vacinando-os com produtos eficientes, a fim de defender a sua própria riqueza e aquela de nosso país, usando os produtos do Instituto Pinheiros:

Soro Anti-Tetânico Veterinário
Sulfaguanidina "Pinheiros"
Ternerina "Pinheiros"
Vacina Anti-Rábica Veterinária
Vacina Contra Brucelose
Vacina Contra Manqueira
Vacina Cristal Violeta Contra a Peste Suína

Cartas, informações e pedidos para o
INSTITUTO PINHEIROS, PRODUTOS TERAPÊUTICOS S. A.
Rua Teodoro Sampaio, 1860 - Caixa Postal, 951 - End. Teleg. "BUCOVACINA",
São Paulo



CAFESAL. OPERAÇÃO DE CAPINA, QUE SE REPETE DE DUAS A CINCO VEZES CADA ANO

S U M A R I O

O cacão na economia nacional — Prof. Arthur Torres Filho	3
Babaçú, problema nacional — Edgard Teixeira Leite	7
O Presidente da República lança as bases da batalha de produção	9
Mais alguns subsídios para a história do movimento cooperativo do Brasil — Fábio Luz Filho	14
A imprensa e os problemas do homem rural — Geraldo Goulart da Silveira	18
O leite e os laticínios — Otto Frensel	21
Conservação do Solo — Altivo A. M. Correia	23
Criação do Instituto de Solos do Brasil — Arthur Torres Filho	27
Visando alertar o Brasil para novas técnicas administrativas	32
O planejado retalhamento de um Parque Nacional — Carlos de Mesquita Maia	33
A Sociedade Nacional de Agricultura na mesa Redonda da Agricultura promovida pela Soiciedade Rural Brasileira — Geraldo Goulart da Silveira	35
A hidrofobia no Distrito Federal	42
Federação das Associações Rurais do Paraná	45
O movimento associativo rural no Paraná	44
Alimento e matéria prima das indústria — Eurico Santo	46
Notícias e Informações	47

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARCANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA

LAURO PIRES XAVIER
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
MARIO VILHENA
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Alberto Ravache; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes;

Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Diogenes Caldas; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Newton Belega.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI

MARCO-ABRIL — 1952

O Cacau na Economia Nacional

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da S. N. A.

O cacauzeiro, na abalizada opinião de De Candolle, em seu trabalho "L'origine des plantes cultivées", é uma árvore espontânea das florestas do vale do Amazonas.

Paul Le Cointe, conhecedor profundo da flora amazônica, confirma, em seu "Amazonie brésilienne", ser o cacauzeiro encontrado em estado nativo nas fronteiras da América Tropical, desde o Brasil até o México, principalmente nas bacias do rio Orenoco e do Amazonas.

Segundo rezam documentos históricos, mesmo antes da colonização portuguesa, já os indígenas da Amazônia conheciam o cacauzeiro, e a prova do valor que lhe atribuíam, está no emprego da sua semente à guisa de moeda em relações de permuta. As lendas mexicanas se referem também ao uso, entre os aztecas, do "cacahuti", a que atribuíam uma origem divina.

Dentre as espécies de cacauzeiro, o Theobroma cacao L, da família das Sterculiaceas, existente em estado nativo na Amazônia, é considerado como o cacauzeiro tipo, por seu valor comercial.

O Theobroma pentagunum, o Theobroma bicolor, etc., que fornecem produtos igualmente comestíveis, tem uma área de crescimento espontâneo muito extensa, sendo encontrados nas florestas da Colômbia e da América Central.

No Estado do Pará, pelas informações conhecidas, o cacauzeiro foi utilizado em culturas a partir de 1677, e a sua introdução no Estado da Bahia, onde iria encontrar magníficas condições de adaptação, só teve lugar em 1746, iniciando-se ali grandes plantações por volta de 1936.

Atribui-se ao guerreiro mexicano Hernán Cortez a divulgação do uso do cacau meiado do século XVI. Entretanto, só se generalizou seu uso, ali, no século XIX. Bastará considerar o fato de não ir além

de 73.000 toneladas, em 1895, o consumo mundial de cacau, para elevar-se em 1931 a 543.000 toneladas.

É o cacau por conseguinte, um dos produtos que maior consumo tem logrado alcançar no mercado mundial, fato esse que se deve levar em conta dos grandes melhoramentos introduzidos na indústria do chocolate, permitindo o aproveitamento de preço de venda do produto e a generalização do seu emprego pelo povo.

Pelo exame dos dados da produção mundial ressalta a evidência, como acontecimento digno de registro especial, o alargamento verdadeiramente assombroso da produção de cacau no continente africano e, muito em particular, na Costa do Ouro. A cultura de cacauzeiro foi ali introduzida em 1879 mas, somente em 1886, começou a se expandir, assinalando-se uma primeira exportação de 40 quilos em 1891, e daí por diante em grande crescimento.

Entregue, como se acha a cultura nessa colônia a indígenas africanos, esse surto magnífico de produção é devido à administração inglesa, que procurou dotar a colônia de completo aparelhamento econômico e, principalmente, à organização comercial, que impôs ao mundo, como produto standard, o cacau "Acra". Calcula-se a área cultivada em mais de 100.000.000 de hectares e o número de pessoa empregadas na cultura em dois milhões.

Se a produção da Costa do Ouro, segundo alguns economistas, atingiu seu limite máximo, no próprio continente africano, na região do golfo da Guiné, a Nigéria, a Costa do Marfim, o Camerum, São Tomé, oferecem, por sua vez, largas perspectivas ao aumento da cultura.

Por outro lado, no continente americano, cresce também a produção, como no Brasil, Trinidad, Venezuela, etc.

Ainda recentemente, reuniu-se em Lon-

dres a Conferência Internacional de Cacao, objetivando a criação de um fundo especial para alargar o uso do cacau nos países suscetíveis de maior consumo.

É evidente que o cacau necessita ser vendido por um preço cada vez mais reduzido, apresentando-se temerária a concorrência africana, confiada, como se acha, a indígenas, com nível de vida baixo.

O Brasil poderia dispôr do domínio completo da produção de cacau do mundo, se tivesse sabido, em tempo útil, incrementar sua exploração na bacia do Amazonas. Como vimos, iniciado ali o cultivo de cacau no século XVII, só depois de se ter deslocado para a região privilegiada do Estado da Bahia a exploração brasileira veio a ter influência no comércio mundial.

Durante o correr do século XIX, a exportação brasileira quase ficou limitada à contribuição dada pelo Estado do Pará, proveniente de pequenas culturas e de produtos de cacaueros espontâneos das florestas da Amazônia.

A marcha da produção da Bahia é digna de menção especial, porque a posição do Brasil, no mercado mundial de cacau, como segundo produtor, é devida ao denodado esforço dos agricultores daquele Estado. Na balança comercial do Brasil, o cacau ocupa lugar de relêvo com 4,5%.

São de inteira justificação as expressões do ilustre Dr. Miguel Calmon, ex-Ministro da Agricultura, sobre a epopéia que representa a grande riqueza constituída pela cultura cacauera no sul do Estado da Bahia: "Não se pode deixar de admirar — dizia aquêle eminente brasileiro — o assombro de trabalho e pertinácia que foi preciso para desbravar e cultivar tão importantes tratos de terra, distribuídos em uma área de 600 quilômetros de costa por 150 quilômetros de fundo, coberta de espessa mata e povoada, a espaços, por índios ferozes e onde o impaludismo e outras moléstias graves criavam a impressão de vasto hospital". Os rios, com suas margens tão férteis, dir-se-iam feitos para tudo, menos para o homem que, na abundância das suas águas, parecia morrer de sede impiedosa. Hoje, o rio Pardo e o Jequitinhonha oferecem, aos que os percorrem, um dos mais formosos espetáculos que a natureza, secundada pelo esforço humano, pode apresentar à vista. "É preciso acrescentar: foram-se as febres e o hospital, tal como em São Paulo, se transformou em horto abençoado."

O Dr. Gregório Bondar, competente profissional, é um dos que, com mais dedicação, se tem ocupado da cultura cacauera e assim se refere a ela no Estado da Bahia: "Entre as lavouras do Estado, a cultura do cacau é uma das poucas que conseguiu uma organização podendo ser comparada com a dos países mais adiantados. De início, constituída por sertanejos, que se internaram nas matas, alimentando-se de animais de caça e de produtos silvestres, essa lavoura constitui atualmente uma riquíssima fonte de renda para os particulares e para o Estado, podendo-se cacular em 150 milhões o número de cacaueros produzindo.

Um dos principais fatores desse progresso é a condição do solo e o clima da zona, favoráveis a essa lavoura."

O Estado da Bahia ainda oferece margem a maior expansão da cultura do cacauero, apesar do grande desenvolvimento já por ela alcançado, estendendo-se a zona de cultura de Valença até a fronteira do Estado do Espírito Santo, onde também cresce a possibilidade de aumento. Os principais centros produtores do Estado são: Ilhéos, Canavieiras, Rio das Contas, Santarém, Porto Seguro, Valença, Prosperá e Una. E os portos de exportação: Canavieiras, Ilhéos e Belmonte.

É o cacauero, ao contrário do que se acredita, geralmente planta exigente de solo, preferindo os de aluvião e argilo-silicosos, frescos e porosos, por ter raiz pivotante.

O clima é da maior importância. A temperatura deve ficar compreendida entre 24 e 26 graus, não descendo a precipitação anual a menos de 1,80.

As melhores culturas estão situadas entre os paralelos de 24 graus, de latitude norte e 23 de latitude sul.

Na Bahia, a não ser na primeira idade, o cacauero se desenvolve sem árvores de sombra. Dentre as plantas recomendadas para esse fim, destaca-se a *Erythrina-umbrosa*, conhecida por "mãe de cacauero", como também a ingazeira, a seringueira e a própria bananeira. Usa-se, porém, de preferência a abertura de trilhos na mata (picadas) em linhas paralelas, guardando entre si a distância de 18 a 20 palmos. Como as sementes perdem rapidamente o poder germinativo, devem ser plantadas, se possível, no mesmo dia em que são retiradas do fruto. Os viveiros, preparados em lugares sombreados, são muito úteis para as replantas.

Aos dez anos de idade o cacauzeiro alcança a sua inteira capacidade produtiva, calculando-se em média essa produção de 700 a 750 gramas. Distinguem-se duas colheitas: a temporã, de março a julho, e a safra ou *grande colheita*, de setembro a novembro.

As principais variedades cultivadas no Estado da Bahia são conhecidas por: "comum", "Pará" e "Maranhão". O cacauzeiro "Pará" é de porte menor que o "comum", e outro tanto sucede com o "Maranhão". É o comum preferido para o plantio de terras baixas, por exemplo, as das margens dos rios, corrigindo-se o excesso de umidade por meio da drenagem; o "Pará" de preferência é cultivado no interior, por não exigir terras aluvionais; e o "Maranhão", de todos o mais rústico, é cultivado nas terras menos férteis e suporta melhor a falta de chuvas.

A variedade botânica cultivada, na opinião de muitos, tem influência sobre a cotação do cacau. E é assim que às variedades cultivadas na Bahia, por pertencerem ao grupo *forasteiro*, de sementes roxas, se atribui a cotação inferior do nosso cacau contrariamente ao que acontece com as variedades do grupo *crioulo*, cujo produto sempre alcança boa cotação.

Esse caso foi objeto de um inquérito há anos feito pela Sociedade Baiana de Agricultura, que opinou pelo plantio de cacau crioulo, pois, o nosso cacau "é empregado como cacau básico, desempenhando o mesmo papel que o da Costa do Ouro (Acra), que nos faz tamanha concorrência, pela sua avultadíssima produção."

Na opinião do prof. Leo Zehntner, um dos especialistas que melhor estudaram a lavoura cacauzeira no Estado da Bahia, ela se tem conservado até hoje isenta de moléstias e insetos, com a mesma gravidade com que se apresentam em outras regiões como na África. Há anos passados, alarmando os agricultores, apareceu a moléstia conhecida por "queima", atribuída a várias causas, a qual foi estudada por diversos especialistas, como Torrens, Joaquim Bahiana e Zehntner.

Diagnosticaram-na, como sendo produzida por um inseto a que Zehntner e Torrens denominaram de "Mosquita vastatrix".

O ilustre e operoso prof. Gregorio Bondar, em trabalho publicado sob o título "Moléstias e inimigos do cacauzeiro no Estado da Bahia", que representa, sem favor, o melhor repositório sobre a matéria

existente em nossa literatura agrícola, é de parecer que apesar dos múltiplos hospedeiros que o cacauzeiro alimenta entre nós, o estado sanitário das plantações é mais do que satisfatório." Adverte, também, existirem moléstias em outros países, cuja introdução é preciso evitar como acontece na África.

"O futuro da lavoura cacauzeira da Bahia, diz ainda o sr. Gregorio Bondar, dependerá principalmente da boa colheita, das variedades cultivadas e de melhor preparo e conservação do produto. Os cuidados culturais apropriados, a conservação racional das matas, bastarão para manter as plantações de cacau em estado sanitário desejável e, somente em casos excepcionais, ter-se-á de recorrer a inseticidas e fungicidas como medidas preventivas ou curativas contra as moléstias."

Concorrendo para a desvalorização do produto, existem moléstias criptogâmicas, atacando o fruto, como a "podridão par-da", a "podridão negra" e a "podridão gelatinosa". Há, portanto, necessidade de serem dispensados cuidados especiais às plantações, fazendo-se a cultura sistemática e científica do cacauzeiro, para alcançar-se um produto capaz de enfrentar vantajosamente a concorrência mundial.

É sabido que coube aos pequenos cultivadores o papel de pioneiros no desbravamento das matas para o plantio do cacauzeiro, formando-se mais tarde as fazendas pelos possuidores de recursos, mediante a aquisição daquelas plantações e alargamento das mesmas pelo sistema de empreitadas. Foi uma riqueza que se constituiu, pode-se assim dizer, sem organização financeira, a exemplo do observado nas explorações coloniais dos países europeus.

A fermentação e a seca são duas operações sujeitas a muitas discussões, sendo ambas de grande importância para decidir do valor comercial do produto. Delas ficam dependendo o aroma, o amargor e a acidez, pois o tamanho e a frescura das amêndoas verdes e germinadas podem concorrer para a depreciação. Nesse particular grande esforço tem de ser realizado, depois dos estudos feitos em estações experimentais de alguns países.

Para a perfeita padronização do produto, normas seguras precisarão ser traçadas para melhorar a colheita, a fermentação, a secagem, instituindo-se regras capazes de garantir a classificação perfeita das qualidades de cacau destinado à exportação.

Hervete dá para o cacau a seguinte composição: água 5; celulose 4; theobroma 2; substâncias azotadas 20; manteiga de cacau 50; goma 6; amido 7; substâncias minerais e colorantes 6.

A defesa comercial do cacau brasileiro

É fato ter existido sempre certo paralelismo entre a produção e o consumo do cacau no mundo, sem que isso evitasse, às vezes, a queda brusca dos preços do produto. É que entra em jogo, nesse caso, a especulação comercial.

Dispersos, como se acham, os agricultores nos centros produtores, não havendo organização de crédito para auxiliá-los nas entre-safras, vêm-se obrigados a fazer entrega do seu produto depreciado.

Explica-se, dêsse modo, a razão por que se preconiza, nos dias atuais, a organização de cooperativas de venda dos produtos agrícolas.

Já houve quem dissesse que não "há no Brasil produto de exportação de preço mais instável do que o cacau" e também que o cacau brasileiro é comprado nas praças estrangeiras importadoras por preços mais baixos do que o dos concorrentes.

Existem fatores desvalorizadores a serem corrigidos, tanto mais que a qualidade do produto baiano tem melhorado sempre nos tipos exportáveis.

Há os que aconselham a melhoria do cacau baiano com o cultivo das variedades do tipo crioulo, tendo em vista que terá de lutar com os tipos Acra da Costa do Ouro, cuja produção cresce em fortes proporções.

Num inquérito organizado há anos pela Sociedade Baiana de Agricultura, foi declarado, "que o cacau baiano era empregado em proporção que variava de 15 a 50%, percentagem que diminuía quanto mais fino fosse o chocolate e que o mesmo era empregado como cacau básico, sofrendo a concorrência da produção africana.

A colheita prematura, a limpeza imperfeita do produto, a fermentação mal conduzida, a má secagem, a falta de fiscalização na classificação, para evitar a mistura das qualidades, são fatores que, indubitavelmente, concorrem, em fortes proporções, para a desvalorização do produto defender os interesses dos cultivadores de enviado aos mercados.

O Instituto de Cacau sempre procurou cacau propugnando pelo melhoramento do preparo do produto, pela melhoria dos meios de transportes, da diminuição dos

impostos de exportação e da padronização dos tipos comerciais.

Desde 1931 a cultura cacauieira conta com a assistência efetiva do Instituto de Cacau da Baía cuja atuação, por vezes, tem sido benéfica carecendo, porém, que os produtores, mormente os pequenos, se organizem em suas entidades de classe para a defesa social e econômica e, principalmente, para a venda de seus produtos.

Devemos estar alertas com as doenças que dizimam as plantações africanas e que possam ser introduzidas em nosso

Para uma produção mundial de 760.000 toneladas de cacau, o Brasil concorreu, em 1950, com 130.000, no valor de 600 milhões de cruzeiros. É o maior produtor mundial a colônia africana inglesa Costa do Ouro, cuja produção é de 250.000 toneladas.

A última conferência internacional do cacau realizada em Londres resolveu que fosse feita propaganda de aumento de consumo.

Tudo aconselha que procuraremos fazer a defesa econômica e financeira de nossa produção cacauieira obtendo um produto bom e barato. Evitemos as valorizações artificiais, favorecendo especulações.

A produção brasileira de cacau com o desvelo dos governos, municipais estadual e federal, conta com grandes perspectivas no consumo mundial, representa o nosso 3.º produto de exportação, mas as populações rurais da zona cacauieira a merecem e necessitam de melhor assistência social. Faz-se mister ainda que pela organização do crédito agrícola, haja justa remuneração para o esforço do produtor, de modo e as cotações internas estejam de acordo com as cotações do mercado de consumo mundial.

As nossas plantações cacauieiras representam mais uma demonstração de capacidade brasileira e uma riqueza formada com um esforço heróico, compreendendo vários municípios do Sul da Baía, ou seja 98% das culturas existentes no país. Ao Instituto Agrônomo de Leste criado pelo Ministério da Agricultura deveria voltar suas vistas para a defesa dessa valiosa riqueza agrícola do país. O produtor de cacau, ao lado do financiamento direto, sem grande formalidades bancárias, carecerá de assistência técnica e social para que a produção crescente de cacau seja uma das garantias mais seguras da economia agrícola brasileira.

Babaçú, Problema Nacional

As considerações aqui publicadas resultam da missão de estudo enviada pelo Conselho Nacional de Economia ao Maranhão e ao Piauí. Expressam, porém, tão somente, a opinião do autor.

O aproveitamento da palmeira babaçu não é problema de indústria ou de comércio, nem de interesse puramente regional. Pelas singulares condições que apresenta, é, sem dúvida, relevante problema nacional.

Essa oleaginosa, nativa no Maranhão, no Piauí e noutros Estados, ocupa, só no primeiro destes cerca de 84.000 km².

Orça em muitos milhões de palmeiras, que a imaginação terá multiplicado por cifras astronômicas da ordem de bilhões.

Mesmo reduzida a proporções mais exatas, constitui um patrimônio que só há trinta anos começou a ter expressão econômica.

Matéria-prima para óleos, com a mais variada aplicação, sobretudo na alimentação humana (gordura, margarina, etc.), e para fins industriais, fornece produtos de alta importância à vida civilizada. Acontece que esse precioso manancial está localizado numa das regiões menos desenvolvidas do país: o Maranhão e o Piauí.

Poucas cifras bastam para evidenciar a situação. O Maranhão, com 386.000 km. quadrados e população de 1.000.000 de habitantes, tem receita de oitenta milhões de cruzeiros, inferior à cidade de Campinas. E o Piauí, com 242.000 km.², área igual a de São Paulo, e habitado por 1.200.000 homens, só agora tem a arrecadação de setenta milhões de cruzeiros, bem próxima da de Niterói. O babaçu, para o Maranhão, contribui com 60% da receita pública e representa 78% da economia estadual.

Os processos de aproveitamento do babaçu, até a sua entrega à indústria, são dos mais primitivos, quer a exploração, quer a coleta e a quebra do côco, para a obtenção das amêndoas, que fornecem óleo.

Essa última operação é feita manualmente pelo trabalho de uma família inteira — cinco e mais pessoas, das quais o chefe colhe o côco, nas matas nativas do

EDGARD TEIXEIRA LEITE

Vice-Presidente da S. N. A.

babaçu. A família obtém em média cinco quilos por dia. Por ano, a produção do grupo familiar não vai além de quinhentos quilos, pois há o período de chuvas, que dificulta a apanha, na época das lavouras, que absorve a atividade para outros fins.

O resultado dêsse esforço, mesmo vendido ao preços altos de três cruzeiros o quilo, não vai além de mil e quinhentos cruzeiros por um ano de trabalho. Embora fazendo pequenas lavouras, de subsistência, dificultada pela proibição de derubar a palmeira, protegida pela lei, o caboclo — e são milhares de caboclos — vive uma vida miserável, sem similar em nosso país. É um pária, ente marginal sob todos os aspectos, cuja degradação assume condições alarmantes. Acontece ainda que o Maranhão tem o seu destino decisivamente marcado pelo babaçu. Tal a área que ele ocupa que ou se torna vigorosa expressão de economia ou constitui sério entrave à exploração de seu solo. O babaçu tem sido tratado, quando se equaciona o seu aproveitamento, em termos de abundância de côco, fácil de ser obtido e de ínfimo custo de produção. Tem sido na verdade sempre considerado pela cúpula da estrutura econômica, isto é, apenas pelo seu aspecto industrial, considerado como assunto resolvido, o suprimento da matéria-prima.

Esse modo de conceituar a questão, tem ocasionado muitos fracassos, alguns deles espetaculares. É como se se instalasse usina de açúcar onde não houvesse cana. Vale lembrar que a capacidade do parque industrial, já existente, e o que está sendo ultimado, só no Maranhão e no Piauí, supera de muito toda a matéria-prima atual. Mas isto não ocorre, pois a exportação, para o exterior e outras partes do país, é bem importante. A verdade, assim, é outra. A produção de amêndoa, apesar dos bilhões de palmeiras das estatísticas oficiais e das informações ufanistas, é muito pequena. O que há é muita palmeira e pouco côco. No ano de maior produção, não

chegou a 100.000 toneladas em todo o país — exatamente 82.000 em 1948.

Pelo que cada vegetal produz, pode-se calcular, com bastante aproximação, que foram explorados menos de 15 milhões de palmeiras — número insignificante, em face do que realmente existe.

A meu ver, está a questão muito ligada no Maranhão, principal centro produtor do babaçu, ao regime da propriedade rural. Nesse Estado, 60% das terras são devolutas. Na zona do babaçu, que é de 84.000 km², equivalem à área do Estado do Rio, 48.000 km². E a parte restante, que devia estar em mão particular, sofre da situação de mercadoria que por excesso de abundância não tem procura. Daí o seu abandono.

Na terra devoluta — pela séria dificuldade na sua apropriação, pela deficiência de recurso do Estado para realizar demarcações, apesar de sua modelar legislação — não pode haver interesse em tratar palmeira em terras alheias. Decorre disso que o babaçual nativo é tão densamente povoado de palmeiras, novas e velhas, de vegetais de outros tipos, que se estabelece tremenda concorrência entre eles. Poucos frutificam. E quando isto acontece, produzem apenas 2 a 4 cachos, enquanto a palmeira que teve o espaçamento suficiente dá até onze cachos, ou melhor o desbaste do palmeiral para dar ao vegetal boas condições de vida impõe-se como medida indispensável. Mas a lei, como se disse, proíbe a derubada, o que complica a situação. Esta operação só pode ser praticada por gente radicada ao solo, nele interessado — e não como hoje ocorre, em nomadismo forçado, e mais do que isso, quase em trânsito, pronta a evadir-se para outras terras, fugindo da floresta agressiva, onde a sua fixação está dificultada, por dispositivos legais que, se protegem a planta expõem o homem.

Em duas medidas se poderia sintetizar a solução do problema: "espaço para o vegetal" e "terra para o homem". Sem elas, o aproveitamento do babaçu, em larga escala, nunca se poderá realizar. E sempre teremos patrícios nossos, homens, mulheres e crianças, desajustados sob todos os aspectos, vivendo miséria sem par no Brasil, afogados pelo vegetal, que cresce desordenado, sem disciplina — riqueza imensa, produtora de gorduras vegetais, pelos quais os povos europeus estão fazendo tremendos sacrifícios na África. O desbaste

de uma área densa de babaçu raquítico e quase estéril custa menos de quinhentos cruzeiros por hectare, e isto fará surgir de pronto lavoura permanente, produtiva, de uma planta que dura um século.

Esse fato ressaltará em sua plena expressão quando lembrarmos que, na África, para produção de copra são precisos dez anos para criar uma plantação de coqueiros, com dispêndios e cuidados de toda a sorte, enquanto para o babaçu isso se consegue com vinte dias de trabalho de um homem.

Não conheço economia, no Brasil, que possa sofrer tão pronta modificação como a dessa oleaginosa.

Sê o poder público, com recursos aliás bem modestos, e a iniciativa privada enfrentarem o problema, pôsto em seus exatos termos, será dada plena expressão a esta riqueza enorme, praticamente inexplorada, tal a desproporção do que existe e do que poderá ser aproveitado. E o Maranhão, nas terras férteis do Mearim, e dos outros vales, com transporte já organizado, tem capacidade para acolher em milhares de hectares devolutos milhares de famílias e nordestinos perseguidos pela seca.

Em vez de encaminhar-se ao sul, onde a obtenção de terra própria representa um sacrifício para o país e cria dificuldades de toda sorte, poderiam, nas terras devolutas da região dos cocais, tão grande como o Estado do Rio, de terra fértil, livre de malária, refazer uma existência próspera e útil. Guardei viva a expressão de um caboclo cearense dono de florescente lavoura, plantada entre babaçus desmatados: "O Maranhão é um Ceará chovido. E agora estou aqui para toda a vida".

E' um exemplo da apropriação do solo, sem a qual nunca o babaçu passará da economia extrativa, trabalhada por população de miséria quase inconcebível. Só ela o transformará em agricultura organizada, de caráter comercial, base indispensável de qualquer indústria.

LAVRADOR !

INSCREVE-TE NA ASSOCIAÇÃO RURAL DO TEU MUNICÍPIO. A CLASSE SÓ SERÁ FORTE QUANDO ESTIVER ORGANIZADA EM TODO O BRASIL.

O Presidente da Republica lança as bases da Batalha da Produção

Programa duplo para estimular a produção e garantir a inversão de capitais na lavoura

O presidente Getúlio Vargas pronunciou, no programa radiofônico "A Voz do Brasil", o seguinte discurso:

"O ano que findou foi de restrições financeiras e de equilíbrio orçamentário. Valorizou-se a nossa moeda e consolidou-se o crédito do Brasil no exterior. Este novo ano será de realizações e de empreendimentos úteis.

O aumento da nossa produção não tem acompanhado o crescimento da população brasileira; e a população está crescendo mais depressa do que a produção alimentar. A média anual de crescimento da população brasileira é de cerca de 3%. A nossa produção, entre os anos de 1945 e 1950, cresceu na média anual de 4,9%. Enquanto isso, o nosso consumo aumenta na média aproximadamente de 9%. Essas percentagens definem um dos aspectos mais importantes da crise econômica do país. A população brasileira consome muito mais do que produz.

Capitalização maior que produção

Confrontando no mesmo período de 1945 a 1950, as quantidades respectivas de bens de consumo e de bens de capital, isto é, de bens que são consumidos pelo povo para satisfação de suas necessidades de subsistência e de conforto e de bens que são poupados, economizados, acumulados para constituir capital — veremos que a média anual de crescimento foi de 6,4% para os bens de consumo e de 15,5% para os bens de capital. O que significa, em linguagem acessível a toda a gente, que o nosso povo, nesses anos de após-guerra, consumiu regularmente, produziu menos e capitalizou mais. A nossa produção tem sido insuficiente para atender à quantidade de bens de consumo e de bens de capital utilizados pelo povo. Este consumiu e capitalizou então, durante es-

ses anos de baixa produção, à custa do que? Importando do exterior bens de consumo e bens de capital, em proporção maior do que podia e devia fazê-lo, tendo-se em vista o volume e valor das nossas exportações.

E não tivemos apenas uma produção insuficiente para os gastos internos. O elevado índice de 15,5% para o ritmo de crescimento dos bens de capital, em confronto com o baixo índice do aumento da produção inferior a 5%, mostra que nem tudo aquilo que se capitalizou no Brasil foi aplicado no desenvolvimento da produção. E capital não aplicado à produção significa capital amalhado em dinheiro, fonte e motivo de inflação e encarecimento da vida.

Programa duplo

Assim, a crise da economia brasileira se desenha nitidamente com um duplo aspecto; produção insuficiente utilização dos capitais disponíveis no desenvolvimento dessa mesma produção.

O programa de ação que se impõe ao Governo tem que ser duplo: de um lado, incrementar a produção, sob todas as suas formas; de outro lado, estimular, de todas as maneiras, a inversão de capitais na produção.

Já vos tenho falado a esse respeito, no que toca à nossa produção industrial, e já vos relatei, noutras ocasiões, o que está fazendo o meu Governo para criar e desenvolver no Brasil as indústrias básicas, essenciais à sua recuperação econômica. Hoje vim tratar do outro aspecto igualmente fundamental, do mesmo problema: o da produção agrícola e pecuária.

O crescimento anual de 4,9%, a que me referi, diz respeito à produção nacional no seu conjunto, isto é somadas a produção agrária e a industrial. Mas se isolarmos a primeira, o quadro ainda é mais desolador. A exceção de apenas duas culturas básicas — o arroz e o milho — nas quais se observou, em 1951, acréscimo de rendi-

mento por área de 1,5% a 3%, respectivamente, sobre o ano anterior, o restante dos produtos agrícolas vem tendo a sua produção diminuída por unidade de área. Para 1952, a perspectiva em nada melhorou.

Batalha da produção

O problema se apresenta, assim, como um dos mais graves, devendo assumir o aspecto de uma campanha, ou melhor de uma *batalha da produção*, indispensável à subsistência do povo brasileiro.

A quantidade de gêneros alimentícios, disponível para a população do país, nos últimos tempos, depois de deduzida a exportação, é hoje menor que em períodos mais distantes da nossa história. Em muitos setores da produção agrária, se ainda não há real escassez, caminhamos para lá mais rapidamente de que se julga. Cada trabalhador tirado dos campos e trazido para as cidades deixa de ser um produtor, para se transformar em consumidor, cujas exigências crescem na proporção da melhoria dos seus padrões de vida.

Hoje convoco, pois, todos os brasileiros, para essa gigantesca batalha da produção agrária, que deve ter, como já disse, um duplo objetivo: aumentar a produção agrícola e pecuária do país e estimular a inversão de capitais no meio rural.

O aumento da produção se obterá pela fixação do homem ao campo, pela melhoria das condições técnicas das culturas, pelo desenvolvimento dos transportes e do sistema de armazenamento e preservação das colheitas e por um financiamento que assegure um mínimo anual de produção agrária para os gêneros de primeira necessidade. A inversão de capitais na produção agrária se conseguirá, de um lado, pelo financiamento direto, feito pelo governo, através do Banco do Brasil, do Banco de Crédito Cooperativo, da Comissão de Financiamento da Produção e de outras instituições de crédito; de outro lado, pela garantia de retorno dos capitais aplicados ao meio rural, seja fixando preços mínimos de compra dos produtos da lavoura e pecuária, seja estabelecendo o seguro agrícola.

Crédito agrícola

Entre os nossos estabelecimentos agropecuários apenas 60 mil estão registrados

no Ministério da Agricultura. É indispensável que todos se registrem, que todos forneçam os índices de suas necessidades, que todos peçam o auxílio do governo, que não lhes será negado.

Nos primeiros nove meses do ano passado, isto é, até fins de setembro, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil fez 10.837 empréstimos à lavoura, no valor de 2.099 milhões de cruzeiros. Também foi assegurado o redesconto, no Banco do Brasil, dos títulos provenientes de empréstimos à lavoura e à pecuária, feitos pelos bancos particulares. É num total de 11 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, representando o saldo das operações bancárias relativas ao crédito agrícola e pecuário, em 30 de setembro de 1951, 5 bilhões e 700 milhões provieram do Banco do Brasil e 6 bilhões e 200 milhões foram fornecidos pelas outras organizações bancárias.

Mas nem tudo se deve esperar do governo, embora incumba a este ampliar, como já está ampliando, o crédito agrícola nos bancos oficiais. Muito necessitamos também da cooperação particular. Os capitais privados precisam inverter-se na produção agrária de maneira muito mais intensa. Para isso, é necessário dar a esses capitais uma garantia efetiva e permanente de retorno, que os possa estimular.

Meios de garantir as inversões

Um dos alicerces dessa garantia será a instituição do seguro agrícola, cujo plano já está sendo estudado pelo governo e que apesar de todas as dificuldades técnicas que lhe são inerentes, esperamos possa, em breve, converter-se em mensagem ao Congresso Nacional.

O segundo alicerce — este passível de execução imediata — é a garantia de preços mínimos de compra para os produtos da lavoura e pecuária, cuja ampliação proposta pelo meu governo foi aprovada pelo Congresso e consubstanciada na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro último. O terceiro é a extensão do sistema de redescontos para os títulos provenientes de créditos concedidos à lavoura.

O quarto, será o reaparelhamento técnico e financeiro do Ministério da Agricultura. Tem figurado este Ministério no Orçamento Geral da República, com apenas 5% das verbas totais. Muitos dos seus

serviços, já organizados, não se têm podido executar a contento por falta de recursos financeiros. Neste particular, apelamos também para o Congresso Nacional, no sentido de que coopere com o Executivo e o povo na grande batalha da produção agrária, aprovando todos os créditos que lhe fôrem solicitados pelo governo para os programas que já estão sendo elaborados e que têm por objetivo aumentar a produção agrícola e pecuária do país.

Nível mínimo de produção

Precisamos assegurar um mínimo anual de produção, que atinja, pelo menos, a média de 500 quilos por cabeça, que já foi a média anual brasileira entre 1930 e 1935. A produção de carne de boi abatido, por exemplo, nunca deve ser inferior a 6 milhões e 500 mil cabeças por ano; a de arroz em casca, deve alcançar o mínimo anual de 60 milhões de sacos; a do milho, 106 milhões de sacos por ano; a de feijão, 33 milhões de sacos; a de trigo, 600 mil toneladas; a de farinha de mandioca, 20 milhões de sacos; a de açúcar, 35 milhões de sacos; a de café, 18 milhões de sacos; a de algodão em caroço, 1 milhão e 500 mil toneladas — e assim por diante.

Esse nível de produção é o correspondente às necessidades mínimas de consumo do povo brasileiro. Devemos aumentar a nossa produção agrária numa média anual de 10%, pelo menos no que toca aos gêneros alimentícios, e, para isso, devem conjugar-se os esforços de 3 Ministérios: o da Agricultura, que superintende a produção sob todos os seus aspectos; o da Fazenda que elabora o plano de financiamento; e o da Viação, que cuida dos transportes.

Somos uma nação de agricultores, onde 70% da população vive no campo e do campo, onde a agricultura é a fonte ainda preponderante de divisas para a aquisição de bens de produção — matérias-primas, equipamentos e produtos industriais — indispensáveis à nossa existência. Ora, cabe ao Ministério da Agricultura o amparo necessário aos empreendimentos que hão de permitir o aumento da produção agrária — desde a indicação das zonas apropriadas à expansão de determinadas lavouras, até a adoção de práticas mais adequadas de cultivo, adubação, defesa contra as pragas, colheita e armazenagem.

Coordenação de atividades

A mecanização lenta da agricultura ainda não bastou para superar a queda da produção do país. De modo geral, a falta de eficiente amparo técnico ao agricultor resulta de serem ainda precárias as condições de aparelhamento do Ministério da Agricultura e da sua carência de verbas. coordenação de atividades dos Ministérios deverá ser feita melhor e mais íntima as verbas destinadas ao desenvolvimento da Agricultura e Fazenda, a fim de que Durante a batalha da produção agrária, da produção agrícola e pecuária sejam aplicadas com maior mobilidade e presteza, sem delongas burocráticas, atendendo-se a que tais verbas, devendo aplicar-se no interior do país, nas mais variadas condições e sujeita a fatores imprevisíveis, não podem ficar condicionadas a processos administrativos morosos.

Nos financiamentos concedidos pelo governo aos agricultores, o aspecto financeiro deve sempre aliar-se ao aspecto técnico. Nenhum financiamento deverá ser concedido — salvo exceções justificadas — sem o pronunciamento do agrônomo, ou na sua falta, dos especialistas em questões dessa natureza. O gerente do banco, nas mais distantes agências do interior, e o agrônomo regional ou itinerante, são elementos que deverão sempre agir de acordo.

Em onze meses do ano passado, concedeu o meu governo facilidades de câmbio para a importação de produtos destinados à lavoura — adubos, máquinas agrícolas, tratores e inseticidas — cujo valor ascendeu a quase um e meio bilhão de cruzeiros. Foi a maior importação da história da agricultura brasileira. Basta afirmar que só no ano de 1951, o número foi duas vezes maior do que o total do quinquênio anterior.

Transportes e armazenagens

Entre os aspectos capitais da batalha pelo aumento da produção figura o plano de reaparelhamento dos portos considerado indispensável à circulação e distribuição normais de nossos produtos pelos consumidores. O governo vem encarando esse problema com a maior diligência e em pouco começarão a se fazer sentir os efeitos do descongestionamento, dragagem e reaparelhamento dos portos, como reflexo

de medidas que serão levadas a efeito em todo o litoral brasileiro. O projeto geral de financiamento dos planos já aprovados, em moeda nacional e estrangeira, compreendendo igualmente o reequipamento das ferrovias e a aquisição de navios, está dependendo da aprovação do Congresso Nacional.

O plano de construção de silos, armazéns frigoríficos e matadouros industriais está sendo objeto de estudos da Comissão Mista e compreende a inversão de cerca de 1 bilhão de cruzeiros — afora o aparelhamento do transporte frigorífico marítimo. Nesse plano foram contempladas 22 localidades de todo o país, desde os grandes centros como Distrito Federal, S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, até os portos menores.

Adotamos a política de prioridade de transportes para os gêneros de primeira necessidade, bem como a de redução de tarifas para os mesmos. Núcleos de colonização serão criados nas terras úmidas do Nordeste e do São Francisco e nas vizinhanças dos centros consumidores. O governo estimulará também a formação de "fazendas coletivas", que constituirão uma forma eficaz de associação cooperativista e que muito contribuirão para o fomento da produção.

Incremento das culturas

Culturas de grande importância para o abastecimento da população, como a do trigo, têm sido incrementadas com persistência. As 495 mil toneladas de trigo produzidas no Brasil em 1945 ainda não bastam para o nosso consumo. A fim de encorajar os triticultores, foram recentemente majorados em 20 cruzeiros os preços mínimos do produto da safra de 1951-52, a serem pagos aos produtores nos portos de embarque. Também um decreto de dezembro último autorizou a mistura, com a farinha de trigo, de farinhas sucedâneas, na proporção de 12%.

Importantes também foram os progressos realizados na Amazônia pela cultura da juta cuja safra, bem como a de fibras similares, já basta para atender ao consumo de nossas indústrias.

Fixação do homem ao solo

Vão adiantados os estudos da reforma agrária, que visa fixar o homem do cam-

po ao solo que cultiva, evitar as migrações periódicas e o êxodo das populações rurais e organizar pequenas granjas de produção, próximas aos centros de consumo. Nesse particular não foram poucos os encargos do governo no ano passado. Haja visto a ingente tarefa de socorrer as populações flageladas do Nordeste.

A seca de 1951 foi duplamente desastrosa: fez cair assustadoramente a produção em vasta área do país e provocou o êxodo de muitas dezenas de milhares de trabalhadores dos campos para as cidades.

O governo teve que abastecer de víveres as populações atingidas. Esse abastecimento foi feito em larga escala, tendo-se gasto somas vultosas. Também teve que impedir o exodo rural, amparando e dando trabalho aos retirantes, trabalho esse que se revestiu da forma de obras públicas de interesse duradouro para as regiões flageladas. A necessidade de utilizar e remunerar os braços arrancados à lavoura acelerou a construção de rodovias, ferrovias, pontes, açudes, canais de irrigação. Os gastos feitos pelos cofres federais, quer diretamente, quer por intermédio dos governos estaduais, para socorrer às populações desvalidas, serão assim resarcidos, com proveito para essas mesmas populações, pelos benefícios oriundos de tantas obras de interesse público, proporcionando o aumento e o mais fácil escoamento da produção local, e contribuindo ao mesmo tempo, para afastar ou amenizar as consequências maléficas de secas futuras.

O vulto dos socorros prestados pelo governo Federal às populações do Nordeste se pode bem avaliar pelo montante das despesas feitas em 1951, que foram a mais de 1 bilhão de cruzeiros. A abertura de canais de irrigação, permitindo o aproveitamento agrícola das áreas assoladas é outro aspecto do combate às secas que mais importância têm para o Nordeste.

Deter o encarecimento

Já foram melhoradas as condições de vida do trabalhador urbano. É preciso melhorar as do trabalhador rural, dar-lhe novas condições de estabilidade e de conforto, melhores salários e maior garantia do trabalho e das colheitas. Todo aquele que possui um trato de terra e não o aproveita para cultivar, pelo menos o necessário para o seu próprio consumo — está

contribuindo para o encarecimento da vida. Não se detém esse encarecimento apenas pelos processos já apontados, em que o principal meio de ação é a máquina do Governo; detém-se igualmente pela contribuição de cada um, evitando-se o desperdício, combatendo-se os lucros excessivos, promovendo-se a poupança entre as classes mais abastadas e a aplicação das

reservas de capital na criação de novas fontes de produção.

Brasileiros: Está lançada a grande batalha de produção agrícola. Nela há de empenhar-se decisivamente o meu Governo. E para ela também conto com a sincera colaboração de todos os brasileiros, certo de que assim conseguiremos juntos um melhor padrão de vida para o nosso povo”.

 *Campeã da raça com*
GADOVITA!



TARQUINO

RAÇÕES PRENSADAS

GADOVITAMOINHO FLUMINENSE S. A.
R. URUGUAIANA, 118 - RIO

SECÇÃO RAÇÕES BALANCEADAS

Mais alguns Subsídios para a História do Movimento Cooperativo do Brasil

FÁBIO LUZ FILHO

Presidente do C. N. E. C.

A revista "Cooperativismo" de dezembro de 1950 (hoje, infelizmente, extinta por determinação da atual diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo), publicou um trabalho de minha lavra sob o título "Subsídios para a história do movimento cooperativo brasileiro" no qual pus em relêvo a ação de um pugilo de idealistas que fizeram frente aos falsos bancos cooperativos, que, então (1926), dominavam o cenário cooperativo nacional considerados como organizações lúdimas, tal a triste ignorância ambiente em torno de princípios, o que favorecia os embauçadores.

Com o presente artigo trago mais algumas achegas a êsse histórico, salientando fatos, ainda desconhecidos, dêsses pródromos da reação, oficial e particular, dêsse grupo, integrado por *Saturnino Brito*, por *Adolfo Gredilha* e pelo autor dêste, todos, na época, meros funcionários contratados (extranumerários) que podiam ser demitidos com uma simples penada...

Eu, como único agrônomo dêsse núcleo, formado em 1914, havia prestado rigoroso concurso perante seleta mesa examinadora.

Depois de titânica luta na vida privada (magistério, comércio, agricultura, imprensa), tive, com família por sustentar, que apelar para o serviço público, só tendo conseguido, após várias tentativas, essa colocação de contratado, iniquidade que mais tarde foi sanada, quando foram reconhecidos meus direitos, ingressando, então, no quadro efetivo por força do aludido concurso.

Sou o único remanescente do grupo que ergueu os primeiros obstáculos à deturpação dos falsos bancos cooperativos com todo o apóio do *Dr. Arthur Torres Filho*, então digno diretor do Fomento Agrícola Federal, órgão a que pertencia a ex-Seção de Crédito Agrícola, que dirigi de janeiro de 1927 até 1933, quando se constituiu a Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista (atualmente Serviço de Economia Rural, no qual continuo em funções de chefia) dirigida pelo *Sr. Sarandí Raposo*, que havia longos anos servia no Ministério da Guer-

ra, depois de sua atuação pioneira no Ministério da Agricultura (1911) e na Sociedade Nacional de Agricultura.

Como acendalhas para a história do movimento cooperativo brasileiro, até à promulgação do decreto 22.239, fruto do mesmo esforço de idealismo e de patriotismo dos funcionários da ex-Seção de Crédito Agrícola, farei ligeiro relato das pugnas que travamos e das tergiversações que enfrentamos.

Antes, porém, de entrar no histórico dêsses fatos, peço vênha para por em relêvo o ponto de vista doutrinário irreduzível que, desde o início de minha atuação, com *Saturnino Brito*, mantivemos na chefia da Seção de Crédito, quer em pareceres, quer em livros, conferências, jornais, revistas e trabalhos oficiais como o *Anuário* de 1928 e o *Boletim do Ministério da Agricultura* de agosto de 1929, dentre outros.

Mas, como oferecer, sem armas legais adequadas e eficientes, combate a uma situação alicerçada nas dubiedades de uma lei que os interessados invocavam sem cessar em sua defesa, a lei 1.637, liderados pelo *Dr. Plácido de Melo*, armado em paladino e internúncio do voto plural, e combatendo à sombra de franquias e prestígios políticos?

Os nossos pareceres aludiam com ênfase a êsses óbices pululantes, pareceres êsses que influíram na feitura das "Instruções complementares", muitos de cujos dispositivos vieram em 1932 incorporar-se ao decreto 22.239. A "Exposição doutrinária", também da lavra do *Dr. Adolfo Gredilha*, não deixou de receber o influxo de cautelas de ordem jurídica, perfeitamente compreensíveis.

O ponto de vista jurídico prevaleceu então, como não podia deixar de prevalecer, mas, infelizmente, em detrimento de princípios fundamentais de doutrina e em favor da ala proditória, que continuou a resistir.

Consegui fôsem introduzidas, no artigo 5.º letras *a* e *j* das “Instruções complementares”, o limite de ações para os bancos tipo Luzzatti e juros consentâneos com o caráter popular dêles, o que nas “Instruções Complementares” revistas foram eliminados pelo *Dr. Adolfo Gredilha* por ferirem, a seu ver, a lei 1.637. Os relatórios e as restrições que fiz em pareceres, as considerações que aduneí no processo da “Exposição doutrinária”, os quais, ampliadas, repeti no processo que encaminhou o Sr. Ministro os estatutos-modêlos de bancos Luzzatti, tudo isto frisa a minha atitude. O mesmo quando secundeí as restrições feitas por *Saturnino Brito* aos mesmos estatutos, tendo tudo subido por cópia às mãos do Sr. Ministro. Em livros, jornais e revistas, trabalhos oficiais e pareceres, mantive-me sempre perfeitamente coerente com o meu ponto de vista ao lado de *Saturnino Brito*, na defesa dos fundamentos doutrinários do cooperativismo, impulsionado por essa flama de idealismo que recebi como herança preciosa de meu pai. Nunca deixei de fazer a propaganda dêsses princípios, multiplicando-se na Seção de Crédito para suprir a deficiência de funcionários de que se ressentia (o mal no Brasil é crônico), embora lhe coubesse uma das mais árduas, nobres e importantes tarefas do Ministério da Agricultura na época, exigindo conhecimentos agro-econômicos e econômico-sociais e uma forte dose de capacidade de trabalho e desinteresse. Trabalhei, desde que assumi a chefia da Seção (janeiro de 1927, seção organizada em junho de 1926) constantemente fora das horas de expediente, e em minha própria casa, para dar vasão aos trabalhos, mimeografando pessoalmente estatutos, em dias sucessivos e exaustivos.

Os pródromos da reação oficial (1926), sofreram, não é possível negar, e manda a justiça que isto seja salientado mais uma vez, a influência salutar dêsse espírito culto, abnegado e desassombrado que foi *Saturnino Brito*, não só pela sua atuação oficial, com os esclarecimentos que prestava, como pelos seus trabalhos privados, de dissecação da lei 1.637 e dos estatutos dos pretensos bancos populares, antes e depois da organização definitiva da Seção de Crédito Agrícola e de ser baixado o decreto 17.339, de 2 de junho de 1926.

No relatório do *Dr. Arthur Torres Fi-*

lho, de 1926, vem o histórico dêsses pródromos da reação oficial.

Pois bem: constituída de modo precário a Seção de Crédito Agrícola, durante muito tempo ficou reduzida a três funcionários apenas e, depois, com a nomeação do *Dr. Adolfo Gredilha*, ficou integrada por quatro funcionários, que trabalharam incessantemente em prol da causa até 1933, multiplicando energias para atender ao expediente diário que constantemente se avolumava, e ao trabalho de propaganda escrita e prática, organizando estatutos, diretrizes para a fiscalização, para a contabilidade, e a parte burocrática propriamente, ainda encontrando forças para os trabalhos privados de propaganda. Êstes funcionários, como disse, eram *José Saturnino Brito*, *Adolfo Gredilha* e o signatário desta, tendo como auxiliares *Nestor Mariath Costa*, *Maria Isabel Veloso*, hoje *Maria Isabel Nóbrega de Siqueira* e, mais tarde, o *Sr. Arquimedes Taborda* (1932).

Entregue o trabalho inicial da Seção, em agosto de 1926 (quando se constituiu definitivamente) a mim, a *Saturnino Brito* e a *Arruda Câmara* (que seis meses depois se retirou para prestar o seu auxílio à 1.ª Seção Técnica, desfalcada de elementos), começamos de estudar os documentos de 73 bancos e 57 caixas que haviam solicitado registro, prosseguindo sós, com a retirada do *Dr. Arruda Câmara*, tendo o apôio clarividente de *Arthur Torres Filho* e de *Luciano Pereira* e de *Eurico Dias Martins*, como diretor substituto, quando na Europa se encontrava o *Dr. Arthur Torres Filho*.

Assim começamos a construção do dique que deveria sustar a avalanche de bancos e caixas deturpadas.

Constituída a comissão para elaborar a regulamentação da lei 1.637, continuaram de ordem superior trancados os registros a bancos e caixas, e prosseguiram os nossos estudos e trabalho de propaganda aos interessados e às Inspetorias Agrícolas nos Estados.

A regulamentação não logrou a aprovação almejada. O *Dr. Washington Luis* negou-se a isto. A pressão política era grande...

A situação, em face dessa circunstância, continuou a mesma que já vinha de 1926.

De abril de 1927, mais ou menos, época em que o decreto 17.339 foi suspenso, até 3 de agosto de 1927, data em que foram encaminhadas as “Instruções complemen-

tares" ao Sr. Ministro *Dr. Lira Castro*, na intenção de pôr um paradeiro condigno à situação de "impasse" já exposta no relatório de 1926, dessa data até 3 de agosto de 18927, melhor, até à data em que foram baixadas as "Instruções", os nossos estudos, na Seção, continuaram, como continuou a nossa propaganda, tendo sido organizados estatutos de várias modalidades de cooperativas e trabalhos outros de divulgação, distribuindo a Seção às Inspetorias Agrícolas e aos governadores de Estado e a outros interessados o manual *Durand*, tendo feito também a distribuição de mil exemplares da monografia de *Wenceslão Bello* em edição do "Fomento Agrícola" e, mais tarde, os trabalhos de *Coppola D'Anna* e *Mário Bravo*. Foi o *Dr. Adolfo Gredilha* quem organizou, como jurista, as "Instruções complementares", tendo ingressado no quadro da Seção em 1927, datando daí em diante a sua atuação propriamente oficial, não falando no período em que trabalhou na elaboração da regulamentação da lei 1.637.

Assim, pois, um ano e pico decorreu em que eu e *Saturnino Brito*, inteiramente sós, colocamos um antemural, desassombrada e enérgicamente, ao registro de caixas e bancos, apoiados na prática mundial e nos ensinamentos dos mais preclaros mestres, enquanto o *Dr. Plácido de Melo* tangia a onda de resistência, como ainda forceja por fazer...

Nas "Instruções" aludidas, feitas com critério jurídico e aprovadas pelo Sr. Ministro em 24 de setembro de 1927, poderão notar que o regime de votação vinha claro, explícito, taxativo, categórico para as caixas rurais, e ambíguo, dúbio para os bancos. Ambíguo e dúbio em relação ao dispositivo claro das caixas, porquanto a interpretação real dele já haviam dado os belgas: o voto singular (vide *Namur*). Estava, pois, clara, nessas "Instruções", a intenção de não ferir a lei, contemporizando com uma situação de fato e atendendo a escrúpulos de ordem jurídica. E a supressão ulterior do acréscimo que fiz ao artigo 5.º das mesmas, e o parecer jurídico posterior do *Dr. Gredilha*, apenso aos estatutos-módolos, confirmam essa minha afirmativa.

Que era essa a intenção, confirmou-a a "Exposição doutrinária".

Os efeitos dessa ambiguidade, decorrência do natural receio de ferir um princípio de ordem jurídica, procurei eu contraba-

lançá-los, na antevisão do que iria suceder, com os acréscimos a que me referi.

Foram baixadas as "Instruções" pelo Sr. Ministro, a 24 de setembro de 1927, provocadas pela ida do *Sr. Apolônio Perez* ao Norte em viagem de propaganda, a convite do governo de Pernambuco, como elemento de confiança do *Dr. Plácido de Melo*, também, paradoxalmente, funcionário da Seção de Crédito Agrícola e no gôzo permanente de franquias.

O ilustre *Dr. José Eurico Dias Martins*, diretor interino, cientificado por mim do pé em que se encontrava a questão, para se eximir de qualquer responsabilidade e para que se firmasse definitivamente uma diretiva, enviou ao Sr. Ministro uma papeleta, com longa exposição, solicitando um pronunciamento definitivo de S. Excia. Esta papeleta não teve resposta, continuando bem pouco cômoda a situação da Seção.

Teve que prevalecer, assim, o ponto de vista jurídico, em detrimento da doutrina, maculada por uma lei dúbio.

O regime de votação, preconizado por uma propaganda de desvirtuamento, havia-se arraigado nos hábitos dos organizadores das cooperativas de crédito e era uma barreira tenaz que transpor, pelo apoio político que tinham. Contingências administrativas a que funcionários públicos não podem fugir; aranhos de leis e interesses que emperram o livre surto de princípios, ideais, realizações. Nada mais.

Cheguei mesmo, no trabalho relativo aos estatutos-módolos de bancos populares, a dizer: "O que resulta da prática cooperativista mundial é uma moral de solidariedade e um direito cooperativo que estende o manto protetor da cooperação a todos os infelizes que imperam o seu generoso apoio, sem indagar caelosamente se o direito positivo, eivado do espírito dos "intelligenz", não carregará o cenho ao saber-se violado"...

Para mais uma vez frisar que determinadas considerações jurídicas nunca nos fizeram recuar, a mim e a *Saturnino Brito*, para deprimir princípios mundialmente firmados como sagrados e inutáveis, aí está o registro do "Banco de Crédito do Brasil" (1932), o primeiro a ser registrado na então Diretoria como primeiro fruto da propaganda da pequena mas trabalhosa Seção. Este banco modificou seus estatutos mais de uma vez. Estava perfeitamente dentro dos do tipo Luzzatti, tendo ado-

tado até dois órgãos que existem em todos os bancos populares italianos: a comissão de desconto e o conselho de probos ou árbitros. Foi o primeiro no Brasil a se integrar nos moldes lidosos. Nêle era taxativo o voto singular. Foi registrado em 24 de novembro de 1927.

No exame de documentos de todos os bancos e caixas que então solicitavam registro por força do decreto 17.339, de 2 de junho de 1926, estudos que precioso contingente trouxeram para o decreto 22.239, eram berrantes as deformações de princípios, pois, além do voto plural, prescreviam, muitas "cooperativas", em seus estatutos, até mesmo o *quorum* pelo número de ações (a denominação, na época, era esta). Mas, a resistência passiva continuava, com um constante acolitar de bastidores e uma incansável manobra de envolvimento de políticos e pessoas influentes, e até de clérigos.

A "Exposição doutrinária" foi publicada no "Diário Oficial" de 18 de maio de 1928.

Os "bancos cooperativos" e as caixas rurais continuavam, como disse, a resistência, tendo até divulgado, por influência do Dr. Plácido de Melo, um folheto do Dr. Miguel Calmon, num ridículo clangorar de vitória, em clarinadas de triunfo, um folheto em que êste ilustre político defendia o voto plural com argumentos muito aquém de sua brilhante inteligência.

Após vai-vens, indecisões, tergiversações compreensíveis num ambiente turvado pelas lutas, além das considerações de ordem legal e jurídica, começamos de enviar a "Exposição doutrinária", acompanhada de ofícios, às caixas rurais, com apoio em conceitos doutrinários de *Raiffeisen*, *Durand*, *Wollemborg*, etc. Nestes ofícios mostramos as impropriedades de certas operações que podiam tirar às caixas seu caráter puro e simples, etc. Frisamos como o confessionalismo não se harmonizava com a essência dessas organizações, instrumentos de ajuda-mútua que não podem deixar-se penetrar por discriminações raciais, políticas ou religiosas, de vez que algumas do Norte chegavam ao absurdo de conceder, estatutariamente, aos bispos o poder de anular assembléias ou suas decisões!!

As "Instruções" foram suspensas novamente e um interregno sobreveio até 1932.

O advento do decreto 22.239 pôs termo a toda essa resistência inglória, e os pos-

tulados cooperativos nunca mais sofreram os emgates aduncos dos deturpadores, a não ser um ou outro obstinado, obcecado, caturra, embezerrado ou pouco ciente do que sejam princípios rochdalianos, ou saudosistas do predomínio capitalístico. "*Caecus non judicat de colore...*" principalmente quando se trata da bandeira arco-irizada do cooperativismo...

Não fôra essa fibra na resistência e teríamos até hoje falsos apóstolos pontificando e as pseudo cooperativas pululando...

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA

Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA

Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redator-Secretário

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar. Tel. 33-1432

End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257

— SÃO PAULO —

A Imprensa e os Problemas do Homem Rural

A imprensa, especialmente a imprensa agrícola, está reservada, sem dúvida, uma relevante função educativa no sentido da elevação do nível de conhecimentos de nossa população rural que, infelizmente, em sua maior parte permanece ainda em um rotinismo e empirismo que só se justificam pela falta de uma conveniente educacional.

É indispensável, e imprescindível mesmo, que o nosso homem rural adquira o hábito da leitura; leitura útil e educativa; leitura sadia e construtiva; leitura que o valorize e o eleve cultural e socialmente.

Para isso torna-se mister:

- a) uma eficiente campanha de alfabetização, pois apesar do que já se tem feito, elevadíssimo é ainda, infelizmente, o índice de analfabetismo na zona rural;
- b) a colaboração de uma imprensa agrícola convenientemente orientada que preencha, a contento, suas elevadas finalidades.

Muito tem sido enaltecida, — e com justa razão —, a campanha de alfabetização que vem sendo conduzida com entusiasmo, especialmente nos últimos anos, visando ensinar a ler, escrever e contar, a todos os brasileiros, de todas as idades (ao lado do ensino primário propriamente dito, a campanha de alfabetização de adultos).

De fato, o progresso cultural e social de um país caminha paralelamente à elevação do nível de conhecimentos de suas populações.

Quanto menos elevado o índice de analfabetismo, tanto mais progressista o país, tanto mais esclarecido e orientado o seu povo.

Por outro lado, muito tem sido criticada a alfabetização como um fator de emigração do homem do campo para a cidade; como um fator, portanto, do êxodo rural que vem alarmando aqueles que se preocupam com os problemas agrícolas, pelas graves consequências que isso representa para a economia do país.

Não resta dúvida que é preciso alfabetizar o nosso povo, especialmente a nossa população rural que vive na mais completa ignorância; mas não é a simples alfa-

Engenheiro-Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Professor da Escola de Horticultura
Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

betização que precisamos levar ao nosso homem rural; é uma alfabetização acompanhada de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio rural; de identificação do indivíduo com a sociedade rural, a fim de que ele possa melhorá-la e valorizá-la.

É preciso, sobretudo, que o alfabetizado da zona rural sinta entusiasmo e compreenda a vida rural; se interesse pelos problemas regionais; possa estudá-los e resolvê-los; e, finalmente, encontre os meios que necessita para ampliar seus conhecimentos e utilizá-los em benefício da sociedade rural da qual ele faz parte, não como um elemento isolado, mas como um dos elos da cadeia que liga e aproxima os homens em face dos problemas comuns; do auxílio mútuo diante das adversidades; da indispensável cooperação e colaboração, bases de uma perfeita organização social.

Não basta aprender a ler.

É preciso que o nosso homem rural saiba ler, tenha capacidade para compreender e refletir sobre o que lhe seja dado ler.

De outra maneira não se compreende a leitura.

A alfabetização e a educação não podem ser separadas; precisam caminhar juntas para que o homem rural sinta-se mais valorizado, seja ajustado à vida que lhe cabe; realize algo em proveito de uma sociedade rural melhor esclarecida e orientada sobre os seus problemas.

O alfabetizado só é útil quando, com os ensinamentos recebidos é capaz de progredir cultural e socialmente; melhorando e ampliando os seus conhecimentos, as suas aptidões, as suas atitudes; quando é capaz de concorrer para o progresso da sociedade em que vive.

Não basta ensinar a ler, escrever e contar.

É preciso também educar; ministrar conhecimentos vários que concorram para a valorização do indivíduo.

É nesse sentido que a imprensa, indo de encontro às necessidades do meio rural, deve constituir um fator educativo de grande relevância, e como tal, encarada como uma necessidade imperiosa.

O alfabetizado do meio rural quando não esclarecido, sem uma conveniente orientação, sem uma leitura útil e educativa, segue, via de regra, dois caminhos:

- a) emigra para as cidades em procura de outro meio de vida a que se julga merecedor por já saber ler, escrever e contar;
- b) continua no campo, na mesma vida que levava antes; não lê porque não encontra o que ler; e, não raro, acaba esquecendo o que aprendeu, porque aprendeu pouco e não teve oportunidade de consolidar mais os conhecimentos adquiridos.

Pouco ou nada adianta uma alfabetização nessas condições, porque:

- a) no primeiro caso, ele será, nas cidades, um desajustado, pois o pouco que aprendeu não lhe dá grandes perspectivas, nem ele está preparado para a vida nos grandes centros, onde as condições são inteiramente diversas das do meio rural;
- b) no segundo caso ele não se beneficia com a grande conquista de ter sido alfabetizado, porque ele não continua lendo, não lhe é proporcionada uma leitura útil e educativa; enfim, ele continuará alheio à valorização da sociedade rural pela elevação do elemento humano.

É preciso, pois, não só um trabalho de alfabetização educativa de larga envergadura, como também o concurso de uma imprensa a serviço do meio rural que proporcione uma leitura útil, agradável e instrutiva, que concorra:

- a) para ajustar o homem do campo ao meio rural, esclarecendo-o sobre os problemas regionais, como encará-los e resolvê-los dentro da realidade brasileira;
- b) para ajustar o homem às necessidades da vida rural, proporcionando-lhe os ensinamentos indispensáveis para que ele seja um verdadeiro construtor de riquezas;
- c) para ensinar a amar e dignificar o trabalho, mostrando o que representa o trabalho criteriosa e convenientemente orientado.
- d) para fixar o homem à terra, salien-

tando o perigo do êxodo rural para o indivíduo, para o próprio meio rural e para o país;

- e) para melhorar a eficiência do trabalho rural, através de ensinamentos úteis e oportunos;
- f) para criar um ambiente favorável à sociabilidade da população rural, a fim de que ela melhor esclarecida e orientada, possa cooperar eficientemente para o bem estar coletivo;
- g) para proporcionar, enfim, ao homem rural, uma vida mais alegre e feliz.

Educar para a vida, valorizar o homem rural, cooperar para o engrandecimento do país através da elevação do nível de vida de mais de dois terços da população, eis, em síntese, a grande obra educativa que deve caber à imprensa agrícola — a imprensa a serviço do meio rural.

É preciso, pois, não só incentivar e facilitar a expansão da imprensa a serviço do meio rural, como ainda, aproveitando os recursos já existentes, promover uma campanha de grande envergadura no sentido dos jornais já existentes no interior dedicarem maior atenção ao homem do campo e aos seus problemas.

A imprensa que sempre foi o baluarte das grandes campanhas, dos grandes movimentos em prol do engrandecimento do país, e será o alicerce que consolidará a grandiosa obra de educação do homem rural e valorização do meio.

A imprensa especialmente dedicada ao meio rural deve apresentar, entre outras, as seguintes características:

- a) redação clara, precisa e objetiva, a fim de que seja acessível a todos, até mesmo aos menos cultos;
- b) boa ilustração, com fotografias, desenhos, esquemas, etc., claros, sugestivos e elucidativos, que facilitem a compreensão dos textos;
- c) artigos de preferência curtos, bastante objetivos, sobre os mais variados problemas agrícolas, especialmente os relativos ao racional aproveitamento do solo, aos mais convenientes métodos de cultura, aos indispensáveis trabalhos de recuperação, proteção e conservação do solo, às diretrizes que devem ser observadas na criação dos animais domésticos, aos métodos mais eficientes de combate às doenças e pragas, ao reflorestamento, à pequena industrialização dos produtos agrícolas, e tantas outras questões de re-

- levante importância para a orientação do trabalho agrícola;
- d) apresentação de artigos precisos e oportunos sobre educação, sociologia, moral, etc., isto é, temas eminentemente educativos visando a formação humana de nossas populações rurais, o aprimoramento de seu caráter, de suas qualidades morais, etc.;
 - e) divulgação de temas bastante sugestivos sobre os problemas relativos à higiene rural e boa alimentação, que são, em sua maior parte desconhecidos pela nossa população rural;
 - f) apresentação de um pequeno noticiário informativo sobre mercados, cotação de produtos agrícolas, situação econômica, etc.;
 - g) manutenção de uma seção de consultas destinada a esclarecer as dúvidas dos lavradores e criadores, orientando-os sobre como melhor conduzir suas atividades;
 - h) artigos sobre a situação do país, seus problemas fundamentais, seus recursos e possibilidades, etc., dentro de um critério eminentemente educativo e ilustrativo;
 - f) realização de campanhas de grande interesse para o meio rural, como por exemplo campanhas em prol do cooperativismo, da arregimentação em torno das associações de classe, etc.;
 - g) patrocinar concursos, exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc.

É preciso que a imprensa, imprensa sadia e construtora, exercendo sua elevada finalidade de informar e educar, dedique maior atenção ao nosso meio rural que tem estado sempre isolado porque, via de regra, temos feito uma política de litoral, sem penetração no interior do país.

É preciso levar a cultura e a educação até o nosso homem rural.

Oxalá, em um futuro próximo possamos contar com a valiosa e indispensável colaboração de uma imprensa a serviço do meio rural que promova a valorização de nossa população rural que, apesar de constituir o baluarte de nossa economia vive quase que divorciada do resto do país.

CONCLUSÕES

- 1 — É preciso levar a cultura e a educação até o nosso homem rural.
- 2 — É preciso que paralelamente a um trabalho de alfabetização educativa

seja proporcionada ao homem rural uma leitura sadia e construtiva, leitura que o valorize e o eleve cultural e socialmente.

- 3 — À imprensa, especialmente à imprensa agrícola, está reservada uma relevante função educativa, no sentido da elevação do nível de conhecimentos de nossa população rural.
- 4 — É indispensável que por todos os meios se promova, incentive e facilite a expansão da imprensa a serviço do meio rural.
- 5 — A imprensa dedicada ao meio rural é o alicerce que consolidará a grandiosa obra de educação do homem rural e valorização do meio onde ele vive.

OBS. — O presente trabalho foi apresentado à Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março de 1952 pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira. A presente tese, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves, foi unanimemente aprovada na sessão plenária do dia 7-3-1952.

PREVISÕES DA SAFRA ALGODOEIRA DE 1952

Acaba o S.E.P. de divulgar a primeira previsão da produção de algodão em caroço, na parte do país onde essa cultura se verifica mais cedo do que nas demais. Os resultados dessa previsão referem-se à área cultivada e à quantidade esperada.

Quanto à área os dados são os seguintes, em hectares: Minas Gerais, 75.561; São Paulo, 1.320.158; Paraná, 86.720; Santa Catarina, 223.

Conforme o rendimento esperado na colheita nessa área, a produção prevista, em toneladas é a seguinte: Minas Gerais, 44.640; São Paulo, 854.309; Paraná, 54.204; Santa Catarina, 48. Embora os resultados correspondentes ao ano de 1951 tenham sido publicados sujeitos a retificação, a comparação entre eles e os que acabam de ser divulgados apontam aumento da produção algodoeira nos três primeiros Estados, especialmente em São Paulo, da ordem de 150 mil toneladas, e no Paraná, 12 mil toneladas.

O Leite e os

Laticínios

Na Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo

OTTO FRENSEL

Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

(Especial para A LAVOURA)

A oportuna iniciativa da Sociedade Rural Brasileira, convocando a realização de mais uma Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo, nos dias 2 a 9 do mês de março corrente, merece os mais francos elogios, não só pela sua oportunidade e de seu bem organizado temário, como pelo brilhante trabalho de realização.

Foi para nós motivo de grande satisfação a honrosa distinção com que, mais uma vez, o nosso grande amigo e eminente mestre, Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, resolveu designar-nos para participarmos da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura àquela importante iniciativa.

Essa delegação foi chefiada pelo nosso 2.º Vice-Presidente, Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Ministro do Conselho Nacional de Economia, personalidade das mais conhecidas e respeitadas nas classes produtoras nacionais, bem como dos nossos amigos e companheiros de Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, Srs. Professores Drs. Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira e Rômulo Cavina.

Não cabe a nós fazermos aqui um relato detalhado dessa Mesa Redonda da Agricultura, pois, outros o farão com mais brilho e melhor conhecimento de causa. Limitar-nos-emos, apenas, a apreciar assuntos de nossa especialização qual seja a do leite e de seus derivados.

Antes de entrar nestas apreciações, desejamos, porém, realçar o cordial e hospitaleiro acolhimento com que fomos distinguidos pela Diretoria da Sociedade Rural

Brasileira e seus dignos funcionários, deixando aqui os nossos melhores agradecimentos.

Cumpre-nos, também, realçar, no meio de tantas competentes e dinâmicas personalidades, os nomes de dois homens com os quais tivemos contacto mais direto: os Srs. Dr. Alberto Prado Guimarães, Secretário Geral e o nosso companheiro Professor Geraldo Goulart da Silveira. A sua incansável e competente atividade nos impressionou profundamente e o grande êxito da Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo, certamente, foi devida, em grande parte, às elevadas qualidades que demonstraram nessa oportunidade.

As teses, referentes a leite e seus derivados, foram, relativamente, poucas, mas de grande valor e profunda relevância. Incluídas num total de 89 teses, foram as mesmas, como as demais, embora longamente discutidas, aprovadas e encaminhadas. Tais teses, interessando a produção de leite e derivados, foram as seguintes:

“Leite, carne e adubos”, por Mário de Souza Queiroz;

“Estudo sobre a tecnologia do queijo prato”, por Francisco do Amaral Rogick;

“Padronização do leite”, por Francisco do Amaral Rogick;

“Custo de produção do leite no Estado de São Paulo”, por Fidelis Alves Netto;

“Considerações sobre alimentação de vacas leiteiras”, por Breno M. Martins de Andrade;

“Principais causas da falta de carne e leite”, por José Peres de Oliveira;

“Considerações em torno do Projeto de Leite n.º 1.576”, por Otto Frensel; e

“Imposto de consumo sobre derivados do leite de fabricação nacional”, por Otto Frensel.

Tivemos ensejo de apresentar dois trabalhos, respectivamente intitulados: — “Considerações em torno do Projeto de Lei n.º 1.576” e “Imposto de Consumo sobre Derivados do Leite de Fabricação Nacional”. Ambos mereceram aprovação unânime, graças aos brilhantes pareceres dos seus ilustres relatores, Srs. Drs. Alberto Ravache e Octacílio Tomanik.

Infelizmente o tempo não nos permitiu efetuar uma série de visitas que tínhamos em mente. Ainda assim tivemos, novamen-

te, ensejo de admirar as grandiosas instalações da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios “Vigor”, bem como da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, Sociedade de Laticínios “Domínio” Ltda. e da Sociedade União de Laticínios Ltda. Em toda parte tivemos o costumeiro amável acolhimento e a todos deixamos aqui os nossos melhores agradecimentos. Em companhia do nosso amigo, Sr. Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, tivemos ensejo de visitar a moderna usina de beneficiamento, de propriedade de sua firma em Judiaí. Foi uma visita agradável e instrutiva.

A Mecanização da Lavoura

INSTRUÇÕES AOS LAVRADORES QUE DESEJAM CONJUNTOS MOTO-MECANIZADOS

No ano passado, o governo concedeu facilidade de câmbio para a importação de produtos destinados à mecanização da lavoura — máquinas agrícolas e tratores — no valor de um e meio bilhão de cruzeiros. Em declarações à imprensa, acrescentou o dr. Cid Távora, presidente da Comissão Permanente de Revenda do Ministério da Agricultura, que só no ano de 1951 o número de tratores distribuídos foi duas vezes maior que o total do quinquênio anterior. Declarou ainda que tal orientação permitiu que no ano passado o próprio governo norte-americano proclamasse ao mundo que o Brasil se colocou em primeiro lugar na aquisição de tratores, em número de mais de 10 mil, quase igualando o número total daquelas máquinas existentes no país.

Esclareceu o dr. Cid Távora que o titular da Agricultura, como homem do campo que é, dedicou-se à solução do problema da mecanização do país porque está capacitado das razões técnicas que conduzem a esse inadiável empreendimento:

a mecanização transforma os produtos agrícolas e os beneficia, ao mesmo tempo que os classifica para serem entregues ao consumo; reduz o custo da produção porque multiplica o esforço humano; possibilita o aproveita-

mento de áreas maiores e auxilia os técnicos no fomento da produção, permitindo melhor aproveitamento das reservas naturais; significa ainda o retorno, de maneira indireta, dos braços tirados do labor agrícola pela indústria.

A Comissão de Revenda, para facilitar aos agricultores, desde o Rio Grande do Sul ao Amazonas, envia para as Seções do Fomento Agrícola conjuntos moto-mecanizados para revenda pelo preço do custo e a prazo, de acordo com o convênio estabelecido com o Banco do Brasil. As condições de compra são as mais suaves possíveis, consistindo o plano de revenda no pagamento de 25 por cento do preço à vista e o restante em três anos, por prestações semestrais. Basta que o agricultor requeira ou diretamente a Comissão Permanente de Revenda ou as Seções de Fomento Agrícola nos Estados. Até os primeiros dias de maio corrente já foram revendidos 192 conjuntos agrícolas no valor de mais de 20 milhões de cruzeiros. A disposição dos agricultores do país existem nos Estados 166 conjuntos, número que será aumentado com a chegada, dentro de breves dias, de 400 tratores alemães. Ainda nesse período, o Ministério importou 500 jeeps, revendidos aos agricultores completamente equipados.

Conservação do Solo

(Conclusão)

Eng.º Agr. Altir A. M. Correia

VIII

O terraceamento é um dos processos seguros de combate à erosão e consiste na construção de um grupo de terraços.

O terraceamento pode ser aplicado em encostas com declive desde 1%; porém, dado ao seu custo superiores a 6%, executando-se outras práticas, em lativamente elevado, só é aconselhável em declives inferiores.

TERRAÇO

É um conjunto formado por um canal e um dique, largos e rasos, dispostos de espaço no sentido da curva de nível, com a finalidade de absorver e escoar a água da chuva que cai sobre ele e na área que lhe fica acima.

Os terraços são dispostos de espaço a espaço no terreno, com a finalidade de dividir a encosta em pequenas áreas. Nestas áreas, assim reduzidas, a água da chuva que cair não ganhará grande velocidade ao escorrer, nem atingirá volume apreciável, causando estas que aumentam a força da água, provocando a erosão.

Pela definição de terraço, vê-se que há dois tipos: de absorção, também chamado de infiltração, e de escoamento, ou de drenagem.

TERRAÇO DE ABSORÇÃO OU DE INFILTRAÇÃO

É um terraço construído com o objetivo de reter toda a água da chuva que correr da área que lhe fica superiormente. Dessa água retirada em seu canal, parte se infiltra e parte se evapora, não causando, pois, danos à área que lhe fica abaixo.

TERRAÇO DE ESCOAMENTO OU DE DRENAGEM

É um terraço construído com o obtivo de reter a água que escorre da área que lhe fica superiormente e escoar esta água para um determinado local, com pequena velocidade, não causando erosão, nem no canal, nem no local para onde corre.

Esse lugar, previamente preparado para receber e escoar a água do terraço, é chamado escoadouro ou canal escoadouro.

ESCOADOURO

Podem ser naturais ou artificiais. São naturais os que já existem, como córregos, rios, lagoas, florestas, pastos, leito de estradas antigas, etc. São artificiais, os construídos especialmente para levar a um escoadouro natural a água coletada no terraço. Estes escoadouros artificiais devem sempre ser vegetados, ou dispor de mesmo de barragens ou paliçadas, para evitar a erosão em seu leito.

MARCAÇÃO DOS TERRAÇOS

Os terraços são marcados em curva de nível.

Na construção de terraços do tipo absorção, eles são locados em nível. Desejando-se construir os de drenagem, locam-se com queda ou desnível. Esse desnível pode ser uniforme ou variável.

Diz-se desnível uniforme quando a queda não varia, e é sempre a mesma em toda a extensão do terraço. Desnível variável é aquele que varia de espaço a espaço, segundo o comprimento do terreno.

Por exemplo: marcar um terraço com 2% de desnível uniforme, significa que, a partir da estaca inicial, a toda estaca que se locar dar-se-á essa queda (dois por mil); ou seja, um desnível de 2 cm. em cada 10 m.

Para o desnível variável, usa-se a seguinte tabela, de acordo com a extensão do terreno.

Comprimento do terraço	Desnível em nível
0 — 100 metros	1 o/oo
100 — 200 "	2 o/oo
200 — 300 "	3 o/oo
300 — 400 "	4 o/oo
400 — 500 "	5 o/oo
500 — 600 "	5 o/oo

O desnível de 5 o/oo (ou 0,5%) é o limite recomendado para que não haja erosão no canal do terraço, quando a água correr nele.

MEDIDAS DO TERRAÇO

O terraço, como já foi explicado, é formado por um canal e um dique. A profundidade do canal e a altura do dique podem variar de 40 a 60 cm. A largura do canal e a largura do dique variam de 2,50 a 4 m.

Essa variação de medidas é função do declive do terreno. Em terrenos de maior declive os canais serão mais profundos e, portanto, mais estreitos; nos terrenos de pouco declive, os canais serão mais rasos e mais largos.

Não é aconselhável a construção de terraços muito compridos. Usa-se o limite máximo de 500 m. para terras arenosas e de 600 m. para terras argilosas, bem permeáveis.

Quando o comprimento do terraço exceder esses limites, deve-se construir um canal escoadouro.

DISTÂNCIA ENTRE OS TERRAÇOS

A distância ou espaçamento entre os terraços é variável em função do tipo de solo e do grau de declive da encosta.

Há algumas fórmulas e tabelas usadas para determinação da distância entre os terraços. Pode-se utilizar a tabela abaixo, como recomendada, lembrando-se sempre o lavrador que é preferível reduzir a distância entre os terraços, que aumentar.

Declividade do terreno	Distância no terreno
Até 1%	80 metros
de 1 a 2%	50 "
de 2 a 3%	40 "
de 3 a 5%	30 "
de 5 a 7%	28 "
de 7 a 9%	20 "

de 9 a 11%	22 "
de 11 a 13%	20 "
de 13 a 16%	19 "
de 16 a 20%	17 "

DEMARCAÇÃO DO TERRACEAMENTO

A demarcação ou locação dos terraços é sempre feita de cima para baixo. A locação pode ser feita com instrumentos rústicos ou de precisão. Por ser o terraceamento um processo de controle da erosão relativamente dispendioso, é preferível, se possível, que a locação seja feita com aparelhos de precisão, ficando o serviço mais perfeito.

As estacas podem ser locadas de 15 em 15 m. até de 30 em 30 m., conforme o terreno seja mais ou menos uniforme. As estacas devem ser de altura tal que sejam bem visíveis pelos operários encarregados da construção do terraço. São recomendadas estacas de 0,80 a 1,20 m.

Depois de locadas, as curvas de nível devem ser suavizadas, o que quer dizer, deslocadas as estacas um pouco para cima ou para baixo, sempre fazendo compensação, nos pontos necessários, de modo a que a curva não apresente pontos muito afastados, os quais requererão curvas rápidas da tração e implementos apropriados para construir o terraço.

CONSTRUÇÃO

A construção dos terraços pode ser feita com a enxada, com arado e enxada, com plaininhas a tração animal, com plainas a tração motora e com terraceadeiras a tração motora.

O equipamento utilizado varia com as posses do agricultor e também com a área a ser terraceada. Se a área for pequena, não compensará a aquisição de maquinaria especial, por ser cara. Neste caso, pode-se construir os terraços com o arado, ou adquirir uma pequena plaina de madeira (plaininha).

A área a ser terraceada sendo grande é compensativa a compra de implemento especial.

Os equipamentos de tamanho médio são os mais aconselháveis, por facilitarem as manobras.

Há inúmeros processos de construção de terraços, variando com o equipamento utilizado, com as condições do solo e com a preferência do encarregado da construção.

Os processos de construção têm por base remover a terra do canal e colocá-la acumulada, de modo a formar o dique. Quanto maior for a capacidade de remoção de terra na construção, mais rápida será esta e menor o número de passadas (viagens) necessárias para a construção de cada terraço.

A construção do terraço pode ser feita removendo-se a terra somente da parte do terreno inferior ao dique; neste caso teremos um terraço "Nichols" ou de construção pelo lado de cima. Pode-se retirar terra da parte do terreno acima e abaixo do dique; e neste caso teremos um terraço "Mangum", ou de construção pelos dois lados.

A construção do terraço, retirando terra só do lado de cima é aconselhável quando se dispõe de um equipamento reversível. Apresenta a vantagem de, removendo somente terra de cima para baixo, ser necessário menor esforço de tração. Este processo é aconselhável em terrenos de declives fortes e solos pouco permeáveis.

O terraço "Mangum" é aconselhável para equipamento não reversível e solos permeáveis. Neste tipo de construção, o terraço poderá ficar com um ou dois canais, sendo o do lado de cima do dique

o principal e maior; o do lado de baixo, de capacidade menor, serve somente para reter o excesso de água que porventura ultrapassar o dique.

CONSERVAÇÃO DOS TERRAÇOS

Depois dos terraços construídos, se não forem conservados, todo o trabalho ficará perdido. A conservação consiste em percorrer os terraços após cada chuva forte e verificar os pontos vulneráveis, isto é, os locais onde o dique se apresenta fraco, passível de ser rompido pela água. Nestes pontos, com a enxada, deve-se aumentar a altura do dique.

Todo ano, após o preparo do terreno, deve-se ter o cuidado de limpar bem o canal, retirando a terra que a água trouxe da área superior e colocando-a sobre o dique. A limpeza é feita com o mesmo implemento que executou a construção.

CUSTO DO TERRACEAMENTO

O custo do terraceamento é muito variável. O preço da construção varia com: a prática dos operários que executam os terraços; habilidade de quem os marcou; homogeneidade do terreno; tipo de solo; se o solo é ou não profundo; o grau de umidade do solo; quantidade de obstáculos sobre o terreno, como sejam, pedras e tocos; a força de tração empregada; o implemento utilizado; grau de declive da encosta; a presença ou ausência de sulcos; enfim, o custo é função de uma grande série de fatores, todos eles variáveis.

A prática de proteger e executar um sistema de terraceamento é muito importante. Se os terraços forem mal projetados e construídos, poderão causar mais danos que benefícios. É aconselhável que o primeiro terraceamento seja executado sob a orientação de um engenheiro agrônomo.

PLANTAÇÃO

A semeadura das culturas entre os terraços é feita em curva de nível, obedecendo a um dos três processos abaixo:

1.º — Em linhas paralelas ao terraço de cima, terminando as ruas mortas ou incompletas no terraço abaixo;

2.º — Em linhas paralelas ao terraço de baixo, terminando as linhas incompletas no terreno acima; e

3.º — Em linhas paralelas, sendo uma ao terraço de cima e outra ao de baixo, alternadamente, ficando as ruas incompletas ou mortas, mais ou menos no meio da área, entre um terraço e outro.

É aconselhável plantar-se no canal e mesmo sobre o dique uma cultura mais densa do que a semeada entre os terraços. Esta cultura de densidade maior (maior número de plantas por área) visa proteger o canal e o dique contra a erosão.

CULTURA CONSORCIADA

O terraceamento é um bom método para controlar a erosão, recomendando-se declives superiores a 6%. Em terrenos com mais de 12% a sua eficiência diminui muito. É aconselhável, em encostas com declive superior a 12%, o uso de uma cultura consorciada, formada por um renque de vegetação densa, plantado entre um terraço e outro, ou sobre o canal ou dique. Para esse renque (fileira) são usadas as seguintes plantas: vetiver, herva cidreira, capim chorão, cana de açúcar, capim australiano, capim elefante, etc. Esse renque é plantado

densamente de modo a constituir uma barreira que diminua a velocidade da água.

VANTAGENS DO TERRACEAMENTO

Inúmeras têm sido as experiências realizadas, que provaram sempre ser menor a erosão em terrenos terraceados do que nos não terraceados. Em ensaios efetuados pelo Instituto Agrônomo de São Paulo, foram obtidos os seguintes resultados:

Terreno com terraços	Sem terraços
Terra arrastada ... 290 K/Ha ...	2.160 K/Ha

O terraceamento pode ser aplicado tanto para culturas anuais como para as perenes e é adaptado a todos os tipos de solo.

Dividindo o campo em áreas pequenas, os terraços controlam a água das chuvas, de modo a não permitir a formação de enxurrada, possibilitando a permanência das culturas e adubos no terreno, sem que sofram arrastamento para outros locais. Retendo a água da chuva, aumentam a infiltração, põem à disposição das plantas maior quantidade de umidade, e concorrem para que as culturas apresentem maior desenvolvimento.

O uso do terraceamento, associado a outras práticas agrícolas de conservação do solo, como semeadura em contorno, rotação de culturas, adubação verde, emprego de adubos químicos e de estêrco, etc., possibilita um aumento da fertilidade do terreno, concorrendo para uma maior produção por área explorada, dando em consequência um maior lucro ao agricultor.

IX

ENLEIRAMENTO PERMANENTE NO COMBATE À EROSIÃO

A finalidade das práticas de combate à erosão é não só reter o solo fértil no terreno como, através do aumento da infiltração da água da chuva na terra, proporcionar maior quantidade de água disponível às plantas.

Sempre que se fala em efeitos da erosão citam-se, como causas básicas, as perdas de solo e de água, sobrevindo dessas perdas uma série de efeitos prejudiciais.

Entre os métodos usados para aumentar a permanência do solo e da água na terra, diminuindo o efeito da erosão, existe o do *enleiramento permanente*, que é um conjunto de leiras ou cordões de terra, construído de modo a cortar e reter as águas das chuvas que escorrem sobre o terreno.

O processo é usado em geral, em culturas perenes, tais como, cafezais, laranjais, perais, etc.

TIPOS DE ENLEIRAMENTO

Há diversas formas de enleiramento permanente, variando o traçado e disposições das leiras em função do declive da encosta. A altura destas varia de 25 a 35 cm., e podem ser construídas de modo a formar quadrados, ficando, assim, cada pé de planta envolvido por quatro leiras. Neste caso, elas são construídas na direção das ruas, tanto nas do sentido do declive, como nas transversais. As leiras de um pé são ligadas às de outro. Este tipo de enleiramento é aconselhável em terrenos de declives suaves, abaixo de 6%.

As leiras podem formar apenas semi-círculos (meio círculo). Neste caso, não se unem umas às outras, isto é, são descontínuas e construídas na parte de baixo do terreno, de cada planta. Estas leiras, em semi-círculo, são próprias para declives mais fortes, acima de 6%.

Se a plantação for feita em nível, fazem-se leiras

contínuas, formando uma curva de nível, entre cada linha de plantas. Destas linhas de leiras, constroem-se outras, entre cada dois pés de plantas. Em terrenos de declives suaves estas últimas podem atingir a leira superior (em nível). Em encostas além de 6%, o tamanho destas leiras (entre os pés) pode ir diminuindo, quanto mais fortes o declive, sendo então construídos, somente, pequenos cordões, isto é, porções de leiras.

As leiras podem ser construídas juntando terra e mato ou abrindo-se sulcos no lugar do futuro cordão, enchendo-se este sulco com estêrco, palha, mato, adubos químicos, etc., e depois colocando terra em cima.

ADUBAÇÃO

Quando se usa matéria orgânica sob as terras das leiras, concorre-se para o aumento da fertilidade do terreno. Há necessidade de ser feita uma renovação anual da matéria orgânica, em parte das leiras que contornam cada pé de planta. Indica-se a renovação de 1/3 ou 1/4 das leiras em cada ano, ou seja, depois de 3 ou 4 anos completa-se a mudança na totalidade de leiras de um pé, fazendo assim uma adubação contínua das culturas.

A substituição consiste em abrir o sulco, retirar matéria orgânica colocada sob a terra, que já se decompôs totalmente e foi aproveitada pela planta, substituindo-a por nova quantidade de estêrco, cisco, adubo químico, etc. e depois colocar novamente a terra, restabelecendo-se a leira.

O enleiramento necessita de permanente reparo, pois se uma leira, das dispostas no sentido que corta as águas, romper-se, a água acumulada irá para o enleiramento abaixo; aumentando o volume da água, e ultrapassando a sua capacidade de retenção, o cordão de baixo será destruído, e assim por diante, indo a água causar mais danos do que se não houvesse enleiramento. É previsto atentar-se bem para a conservação das leiras ou cordões.

X

A COBERTURA COM RESTOS DE CULTURA NO COMBATE À EROSIÃO

A queima dos restos da cultura, com a finalidade de limpar o terreno, é uma prática, infelizmente, muito adotada no Brasil. O fogo destrói a manta vegetal, rica em húmus, que o solo possui em sua camada superficial.

A terra, depois de queimada, torna-se como que vidrada, quase impermeável, portanto. A água da chuva quando cair sobre o terreno, não encontrará a capa absorvente, nem poderá infiltrar-se, escorrendo assim sobre a encosta, provocando erosão e arrastamento do solo para locais onde, em geral, não pode ser aproveitado. Com a queima dos restos da cultura, diminui-se a fertilidade do solo e concorre-se para facilitar a erosão.

Portanto, a manutenção dos restos de culturas, além de constituir um meio fácil de fazer a adubação orgânica é, ainda, um modo seguro de combater a erosão.

COBERTURA DO SOLO

A água da chuva, caindo diretamente sobre a terra, ocasiona, por sua força no bater, uma soltura das partículas do solo. O solo desprendido é facilmente transportado pela água que escorre (enxurrada). Para evitar que a água da chuva atinja diretamente o solo, deve-se protegê-lo com florestas, culturas de cobertura ou com restos de cultura.

As florestas são aconselháveis como cobertura

do solo, nos cimos dos morros, em terrenos com declives muito fortes e em terras muito enfraquecidas.

As culturas de cobertura são recomendadas em qualquer tipo de terra, mas nem sempre praticáveis, por concorrerem em umidade com a planta em exploração. Para que isto não aconteça nas culturas permanentes, como cafezais, pomares, etc., as culturas de cobertura são ceifadas e deixadas sobre o terreno, antes do período de seca.

A cobertura do solo com restos de cultura apresenta a vantagem de não concorrer, em disputa da água, com outra cultura e, cobrindo o solo, evitar o calor solar diretamente sobre este, mantendo úmida a camada superficial da terra.

RESTOS DE CULTURAS

Entende-se por restos de culturas o que se deixou, no terreno, de uma planta. Por exemplo: o milho, retiram-se as espigas; o que sobrou, constitui resto. E assim para as demais plantas.

Esses restos são dispostos sobre o terreno, de modo a formar uma camada. Pode-se, para aumentar esta camada, trazer capim de outro terreno próximo, que esteja sem cultura. Esta camada de restos evitará o crescimento de mato, aumentando a água disponível para as culturas.

Para culturas permanentes faz-se a cobertura em todo o terreno, circundando as árvores. Para culturas anuais, depois de coberto o terreno, abrem-se covas para a sementeira das plantas.

A cobertura do solo com restos de cultura tem apresentado inúmeros benefícios, não só controle da erosão, diminuindo a perda de solo e de água, como tem concorrido para aumentar a produção das culturas, assim protegidas.

A cobertura do solo com palha ou restos de cultura é o que os americanos chamam de "Mulching", denominação esta já conhecida de alguns agricultores brasileiros.

ENCORDOAMENTO DO MATO

O mato cortado pelas capinas, ou o resto das culturas, pode ser colocado formando uma capa no terreno, como já explicado, ou juntando, formando um cordão. Este cordão do mato é disposto em curva de nível, a fim de cortar a velocidade da água da chuva, quando correr sobre o terreno.

A distância entre os cordões é variável, de acordo com o declive do terreno e a quantidade de restos de cultura e mato disponíveis.

Nos terrenos de declives mais fortes os cordões são mais juntos.

A cobertura com restos de cultura ou o encordoamento do mato são práticas que, executadas com outras medidas de conservação do solo, tais como: sementeira em contorno, rotação de culturas, evitar queimar os restos orgânicos, adubação verde, etc., concorrem para diminuir a erosão do solo agrícola e aumentar a sua fertilidade.

Combater a erosão é um dever básico de todo agricultor. A erosão rouba ao lavrador o que de mais precioso possui a terra, que é a sua fertilidade, empobrecendo-o e prejudicando as gerações futuras.

XI

O COVEAMENTO NO COMBATE À EROSÃO

É uma prática que pode ser usada para controle da erosão. Sua finalidade são: controlar a água que escorre sobre o terreno e aproveitar os restos juntados sobre a superfície da terra, aumentando a fertilidade do solo.

O coveamento é um conjunto de covas, de 0,30 a 0,50 m. de largura, com 0,50 a 1,00 m. de comprimento e 0,25 a 0,50 m. de profundidade. A cova deve ser construída de modo a que o comprimento fique em direção cortando o sentido em que escorrem as águas das chuvas. A terra retirada das covas será disposta de maneira a formar uma leira, no sentido do contorno do terreno e ligando duas covas, ou abaixo das covas, formando um semi-círculo (meia-lua).

DISPOSIÇÃO DAS COVAS

Há duas maneiras ou sistemas principais de disposição das covas: o primeiro consiste em dispor as covas entre cada 2 pés de plantas e com o espaço de duas ruas; o segundo sistema, em dispor as covas de 2 em 2 pés de plantas desencontradas e em todas as ruas. As covas são abertas antes do início das chuvas. O seu entupimento se dá quase que naturalmente com os detritos (restos) que a água transporta. Por ocasião das capinas acaba-se de enchê-las.

De quatro em quatro anos, deve-se fazer uma substituição ou rodízio das covas, abrindo-se novas e fechando as antigas, de modo a circundar as plantas em covas. O material retido ou colocado na cova funciona como adubo para as plantas. As covas proporcionam um aumento de infiltração de água das chuvas e, conseqüentemente, um controle de enxurrada.

XII

O VALETEAMENTO NO COMBATE À EROSÃO

Tem as seguintes finalidades no combate à erosão: deter a água das chuvas, aumentando a infiltração da mesma e reter os detritos orgânicos que a água da enxurrada transporta do solo.

As valetas, cujo conjunto forma o valeteamento, são covas mais compridas. O comprimento das valetas varia de 2 a 3 m.; a largura, de 0,50 a 1 m. na boca e de 0,40 a 0,80 m. no fundo; a profundidade pode ser de 0,30 a 0,50 m. As valetas são dispostas em contorno e não são contínuas, isto é, não se constrói uma valeta em toda a extensão de uma curva de nível. A distância de afastamento entre as pontas das valetas varia de 1,5 a 2 m. O espaçamento entre as valetas varia conforme a declividade da encosta.

A terra retirada para construir a valeta é colocada de modo a formar uma leira. Esta leira não deve ser muito próxima à valeta, para que a terra não caia logo na mesma, entupindo-a na primeira chuva.

O valeteamento é um dos processos mecânicos de retenção da água da chuva, aumentando a infiltração e, portanto, diminuindo o volume e a velocidade da água que escorre, controlando a erosão.

É aconselhado em culturas permanentes, mas pode ser empregado em culturas anuais, embora para estas haja outros métodos mais recomendáveis.

Seus efeitos benéficos já têm sido demonstrados em ensaios realizados em diversas Estações Experimentais e fazendas particulares.

Essa prática, associada a outras, como sejam adubação verde, plantio em contorno, reflorestamento, rotação de culturas, adubação química, uso de estêrco, culturas de cobertura, etc., concorrem para o aumento da fertilidade do solo e diminuição da erosão. E, é sempre bom lembrar que "quem defende sua terra beneficia o próprio bolso".

Criação do Instituto de Solos do Brasil

O estudo do solo é de máximo valor para a agricultura de um país, porquanto o problema da *fertilidade do solo é o problema da vida sobre a Terra*.

Todos os fenômenos sociais, tôdas as catástrofes humanas nada mais são que uma resultante dessa fertilidade. Assim também direi que a cultura irracional só trará a ruína.

Clemenceau, o grande campeão da democracia, parece fixá-la nestas incisivas palavras: "Todos os homens têm fome, é a lei natural. Todos devem comer, é a lei da justiça. Todos comerão, é a lei esperada".

Realmente, não existe entre as leis naturais (as imperiosas leis perante as quais se curva a humanidade toda) outra melhor fundamentada, outra mais racional, que aquela segundo a qual a multiplicação em tôdas as espécies animais se faz na razão direta das condições de existência. A civilização, os costumes de um povo, de uma nação se modificam com a terra, em razão direta ou inversa de sua fertilidade.

Dirão: como explicar o aumento de densidade de população do velho povo chinês, do povo japonês, com seu solo acidentado e só possuindo a metade do território cultivável? O segredo está em que a agricultura, na China e no Japão, tem por base a restituição completa de todos os princípios nutritivos extraídos do solo pelas colheitas e o Deus dos Orientais é a charrua.

Lá encontra completa aplicação o axioma fundamental da agricultura: *O que sai da terra deve a ela voltar*. Isto se consegue com auxílio do amanhã, da adubação e da cultura mais conveniente. Na Europa, o empenho todo do cultivador está em retirar do solo o máximo de trigo e carne possíveis. Que não seria da velha Europa sem adubações orgânica e química?

Devemos seguir a mesma orientação. Ingentes preocupações de espírito, acompanhadas de pesquisas e experimentações, conduzem os cientistas a desvendar os segredos da fertilidade do solo.

Tem-se caminhado bastante, resta esclarecer por completo a questão, radicalmente presa aos destinos da humanidade.

Dependendo de um conjunto de fatores

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da S. N. A.

complexos, a fertilidade do solo representa um dos pontos transcendentais da agricultura moderna que, admiravelmente, concretizou, nas seguintes e claras palavras, o lema que será, no presente e no futuro, a rota de sua perene evolução: *obter o máximo de colheita, no mínimo de tempo, no mínimo de terreno e com o mínimo de trabalho*.

Este fim econômico será alcançado, sem que se conheça a fertilidade do solo e a maneira de a restaurar?

Os fatores a que nos referimos acima, e que determinam a *fertilidade de um solo*, foram reunidos ou agrupados, formando complicadas classificações de que uma das mais simples é a seguinte:

- a) Fatores físicos;
- b) Fatores químicos;
- c) Fatores biológicos;
- d) Fatores bacteriológicos;
- e) Fatores geológicos e climatológicos.

Crê-se, assim, que a fertilidade, para ser alcançada num terreno, torna-se preciso que este congregue um certo número de propriedades, não raro difíceis de serem obtidas.

Mas, dentre estes diversos factores, são os *fatores químicos*, os que mais têm preocupado os fisiologistas e químicos agrícolas.

E, com o fim de reintegrá-los no solo, quando extraídos por colheitas sucessivas, foram estabelecidas as adubações orgânica e mineral.

De fato, a prática demonstra que a matéria orgânica (humus) tanto melhora as propriedades químicas como físicas de um terreno, que a adubação mineral na sua forma prontamente assimilável, age, em grande número de casos, sobre as plantas, aumentando as colheitas.

Inegavelmente, a adubação química apresenta uma das grandes conquistas da agronomia moderna, e foi o famoso sábio chefe da escola mineralista, Liebig, quem rasgou o véu que encobria essa face do problema da fertilidade do solo, portanto, da alimentação das plantas.

Um implemento com mil-e-uma utilidades em sua fazenda

PLAINA TERRACEADORA **DEARBORN**



para
Nivelamentos
Limpeza de terreiros
Aterros
Terraceamento
Consertos de
estrada etc.

Em trabalhos de movimento de terra, esparramação etc., a Plaina Terraceadora DEARBORN, ligada ao Trator Ford, realiza em horas o que alguns homens precisariam de vários dias para fazer! E o preço deste implemento é mínimo.

Pode ser engatada no Trator Ford em 1 minuto! É levantada e abaixada pelo sistema hidráulico do trator. Sem sair do assento, o tratorista pode ajustar o ângulo, a inclinação e a profundidade. Peça ao seu Revendedor Ford uma demonstração sobre este e outros implementos Dearborn.



Escavador **DEARBORN**

*Outro implemento
 de grande utilidade na fazenda.*

Economiza tempo e trabalho em todos os trabalhos de remoção de terra. Pode ser usado também para transporte. Prático. Fácil de engatar. Resistente.



1461

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.

Por outro lado, é coisa incontestável, pelos fenômenos esclarecidos no evoluir da ciência agrônoma, em que o espírito do imortal Pasteur, na incomensurável grandeza de suas revelações, também fulge em cintilações extraordinárias, que o mundo mineral precedeu ao orgânico e que entre os dois, prendendo-os na realização do fenômeno da vida, está o reino vegetal.

Duclaux, o notável bacteriologista, exprimiu nas seguintes palavras esta evolução e o papel nela desempenhado pelo solo: "O solo é o laboratório da destruição da matéria orgânica, da qual o ar, por intermédio das plantas, é o laboratório de construção da energia solar".

Secundando as investigações de Liebig, e como adeptos de sua teoria, apareceram vultos como Georges Ville, Grandeau, Gilbert, Lawes...

Traçou Liebig, nas duas seguintes ilações, sua teoria notável, revolucionária da agricultura até então dominante no século 19: 1.º — os verdadeiros alimentos das plantas são as substâncias inorgânicas; 2.º — a matéria orgânica não pode servir de nutrição aos vegetais superiores, sem primeiro ter sofrido a mineralização, isto é, sem primeiro tê-la feito voltar ao estado de corpos simples obtidos em combinações complexas, que são a resultante da vida. Vinha dominando até 1840 a *teoria húmica*, defendida por outros sábios.

Hoje, calmamente estudadas as duas teorias, chegou-se a saber *que uma não pode prescindir da outra e aplicadas segundo preceitos técnicos e científicos*.

Ora, não padece dúvida, pelo que vimos de expor, que a teoria mineral tem sua razão de ser e se fundamentada nas grandes conquistas da ciência agrônoma contemporânea; portanto, a *adubação química resolveria o problema da fertilidade do solo*. Mas será isto um fato inegável, com a sanção da prática e dos grandes cientistas? Abstraíndo-nos da teoria húmica, vejamos as principais leis que dominam o emprêgo da adubação química e estudemo-las.

São as seguintes: *lei do mínimo, lei do máximo, lei das forças coletivas, lei da dominante, leis da restituição e lei da conservação*.

Lei do mínimo — A produtibilidade de uma terra é regularizada pelo elemento que existe no mínimo, isto é, em menor proporção. Por isso, as plantas têm necessidade de possuir os elementos nutritivos na vizinhança das raízes, em estado de ab-

sorção ou capaz de o ser, porém, guardando uma dada proporção. Embora as qualidades de elementos nutritivos exigidas pelas plantas sejam variáveis segundo sua espécie, um só deles que falte torna os outros inativos ou inertes, apesar de sua presença ser solicitada em parcela mínima. A alimentação fica até mesmo dominada pelo elemento mais escasso, daí a denominação dada a essa lei de lei do mínimo.

Dá-nos ela, também, a razão de ser da importância dos adubos complementares.

Lei econômica do máximo — Todo e qualquer elemento fertilizante pode ser adicionado ao solo até certo limite, além do qual se torna nocivo à vegetação. É econômica, por nos ensinar que se não deve empregar um adubo em excesso, porque, além de supérfluo, seria nocivo à vegetação.

Lei das forças coletivas — Assim se denomina a esta lei da adubação, para exprimir a solidariedade que há entre os elementos fertilizantes, visto a falta de uma acarretar a inércia dos demais.

Lei da dominante — Significa que cada planta tem predileção por um dado elemento fertilizante. Georges Ville chamou a êsse elemento de dominante e baseou-se nêlo para dividir as plantas.

Lei da restituição. — "É preciso restituir ao solo os elementos fertilizantes tirados anualmente pelas colheitas." A esta lei importantíssima estão subordinadas duas outras: *a do mínimo e a da conservação*.

Dá-nos essa lei da restituição a explicação do estado particular da terra, chamado pelos agricultores de *cansada*.

Lei da conservação — Muito se prende à lei da restituição e estabelece que só devem ser dados ao solo os elementos fertilizantes de que êle mais necessita e de que se não pode restaurar naturalmente.

Uma vez examinadas estas leis, podemos dizer que a *lei da restituição* é a que predomina, ou, por outra a *que domina a adubação*, pois a ela estão subordinadas as duas outras da *conservação e do mínimo*.

Mas, não estando esta lei resolvida na prática, segue-se que, sendo ela que domina a adubação, o problema da fertilidade do solo também deixa de estar resolvido pela adubação.

De fato, é em torno da *lei da restituição que as investigações se sucedem no campo científico*.

A fertilidade do solo implica elevados conhecimentos científicos modernos e experimentações e poderíamos mesmo dizer que ela envolve a marcha congregada das

maiores conquistas da química, física, bacteriologia, etc.

Meditem os doutos sempre prontos a menosprezarem a agronomia, sobre esta face dos seus horizontes científicos, e vejam se são tão estreitos como os julgam. "Para transformar a terra em ouro, é preciso uma verdadeira sabedoria, é preciso grande competência, é preciso, enfim, ser alguma coisa muito diferente do que julgavam os nossos antepassados", disse, certa vez, Assis Brasil. Não serão ainda muito aplicáveis estas palavras à atual geração, na sua grande maioria?

Em linguagem comum, diz-se que um terreno, cultivado anos seguidos com uma mesma planta, fica cansado, podendo, ser fértil para outras plantas e continuar a dar novas e fartas colheitas.

Observava o célebre químico alemão Barão de Liebig: "Um terreno em que cultivamos a mesma planta, por vários anos, torna-se estéril para essa planta em um período que varia com a natureza do solo".

É a rotação das culturas, por conseguinte, uma prática muito recomendável. Nichelles aconselha-as, nas seguintes palavras: Na natureza a diversidade das plantas no mesmo solo é a lei ordinária, comum; ora, quando as leis naturais são muito invertidas, existem tôdas as probabilidades para que resultem consequências desastrosas."

Procura-se explicar este esgotamento para uma dada planta, partindo-se do chamado poder eletivo das plantas, que consiste na absorção variável dos elementos nutritivos.

Foi este poder eletivo, admitido como uma faculdade das plantas, que deu lugar à lei da dominante: "Todo elemento fertilizante exerce uma ação predominante sobre os demais, segundo as diversas espécies de plantas cultivadas."

Entretanto, esta *lei da dominante*, chamada a explicar esta propriedade das plantas, está em desarmonia com a análise dos vegetais, que revela a presença dos mesmos princípios, com diferença insignificante da proporção.

Surge, assim a seguinte pergunta: como explicar, então, este fato?

A frente de uma nova teoria para seu esclarecimento, isto é, da causa da esterilidade do solo, de seu cansaço, aparecem os norte-americanos, que a ela muito se têm dedicado com investigações.

Esta teoria é a da existência no solo de substâncias de natureza orgânica, prove-

nientes das raízes das plantas, as chamadas toxinas que se acham espalhadas na solução natural do solo e a uma certa profundidade.

A descoberta destas "toxinas do solo" representa uma das conquistas mais modernas e importantes em favor dos conhecimentos científicos, relacionados com a agricultura.

Ricardo Martinez diz que estas "toxinas" provêm do apodrecimento das raízes e de outras matérias semelhantes, isto é, são produtos da decomposição. Nada mais são, portanto, que as imundícies que se acumulam em excesso no solo, tornando-o improdutivo. Este é o momento, acrescenta ele, em que o agricultor considera seu solo como cansado; isto não é uma verdade absoluta, pois se trata de um envenenamento, que precisa ser destruído por um tratamento conveniente. A natureza tem aversão, no que concerne aos organismos vivos, a tudo o que já foi consumido. Assim como sobrevém a morte para o organismo humano, com a absorção de imundícies ou impurezas (ácido úrico, por exemplo), o mesmo acontece com o organismo vegetal. E, assim argumentando, diz Ricardo Martinez que as plantas exigem um ambiente são e que o solo deve ser limpo.

É importante advertir que as "toxinas" já tinham sido notadas ou previstas por De Candelle em 1832; Humboldt procurava, com elas, explicar a propensão ou repulsão que as plantas têm em se sucederem no mesmo solo.

Nos Estados Unidos, Milton Withney, do "Bureau of soils", com outros ilustres químicos, consagraram-se ao estudo experimental das "toxinas", considerando-as como a causa da esterilidade do solo e, dentre as conclusões a que julgaram ter chegado, está a de que as "toxinas" nocivas para uma espécie de planta podem ser inteiramente inócuas para outras.

Assim, as nocivas para a batata não são prejudiciais à cevada.

Foi quando reconheceram que a solução natural do solo "tem sempre a mesma composição, quer em solo estéril, quer em solo fértil, que os norte-americanos se convenceram de que a presença das "toxinas" era a causa determinante da esterilidade e seria novamente restabelecida em benefício da vegetação, caso elas fossem eliminadas.

Portanto, a adubação tanto orgânica como mineral, não teriam outro efeito senão o de neutralizar essas toxinas.

Ao lado dos norte-americanos, outros químicos na Europa, Ponget e Chouchock, procuraram alicerçar esta teoria em experimentações e chegaram a reconhecer e recomendar um certo número de substâncias como o pyrogallol, o carbonato de potassa, etc., que têm efeito destruidor das toxinas por oxidação.

Segundo essa teoria, as medidas que parecem mais eficazes para fazer desaparecer o "cansaço do solo" são a calagem e a drenagem. A cal destrói as "toxinas", combinando-se com elas e contribui para que se tornem inócuas, depois de uma certa oxidação.

A drenagem, por sua vez, tem por efeito arrastar e limpar o solo das substâncias tóxicas, dando livre acesso ao ar, para a oxidação. Os adeptos desta teoria admitem a ação benéfica dos fertilizantes não como elementos nutritivos, mas como destruidores das toxinas ou porque as tornam inofensivas.

Os nitratos, fosfatos e a potassa destroem as toxinas. Supõe-se geralmente que as ervas não crescem bem debaixo das árvores porque recebem muita sombra, ou ainda porque as árvores consomem, em grande quantidade, a água e a matéria mineral. Esta idéia, segundo os norte-americanos, é errônea. A sombra nada tem que ver com o fenômeno, pois, se tem notado ausência de ervas tanto do lado da sombra como do lado do sol.

Quanto à água e à matéria mineral, seriam fáceis de ser ministradas artificialmente. A verdadeira causa é que elas são envenenadas pelas secreções das raízes e da casca.

Quando um terreno é abandonado por algum tempo, quando é deixado em "descanso", readquire a produtividade, devido ao desaparecimento das toxinas, por oxidação.

Schloesing, que foi um nome respeitável como químico, chegou à conclusão, em seus estudos, de que existe uma relação entre a riqueza de soluções diferentes e a fertilidade dos solos correspondentes.

Encontrou, por conseguinte, resultados em contradição com os dos norte-americanos.

Ora, esta teoria das toxinas, apesar de não poder merecer uma contestação séria, não parece, todavia poder ser admitida como definitiva na elucidação das causas da esterilidade do solo.

Divulga-se que a produção agrícola bra-

sileira representada por 29 principais produtos, experimentou aumentos no período de 1944-1949. É no entanto, sabido, que os rendimentos culturais têm sofrido grandes baixas. É nesse ponto, que reside a maior ameaça à nossa produção, refletindo-se no abastecimento dos mercados internos.

Está reconhecido pelos profissionais da agronomia e pelos economistas, existirem alarmantes sintomas de *exaustão da fertilidade das terras brasileiras*.

Seria forçoso o estabelecimento de um plano nacional de adubação, favorecendo a instalação de indústrias em colaboração com os Estados e entidades agrícolas, facilitando a exploração de nossas jazidas minerais.

Felizmente, já se observa a instalação de algumas indústrias de adubos químicos, como ocorre em São Paulo.

É grande ainda, entretanto, a nossa importação de cerca de 70 mil toneladas com a agravante da exportação de matérias primas, sob a forma de resíduos animais e vegetais, que deveriam ser retidos no país. Impõe-se *salvar o país da esterilidade não só com a aplicação de métodos de conservação do solo como ainda da sua referertilização*.

Faz-se mistér também que os estabelecimentos experimentais apresentem resultados de suas pesquisas e que inspirem confiança e orientação aos nossos agricultores.

Assim como a indústria dos fertilizantes fosfatados vai surgindo com êxito no país, graças à iniciativa do inesquecível agrônomo Fernando Costa, com a exploração da apatita de Ipanema, da mesma forma deveremos possuir as do azoto sintético e da do ptássico. Nas experimentações agrícolas deveremos ter em conta a importância, nas adubações, dos chamados elementos *menores*, em vista da importância que vão tendo na adubação mineral. A aplicação dos "compostos" precisaria ser generalizada. Os estudos pedológicos precisarão ser sistematizados em todo o país. Já era tempo de ser criar o *Instituto de Solos do Brasil*.

OBS. — O presente trabalho foi apresentado pelo Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da S. N. A., à Mesa Redonda de Agricultura, promovida pela Sociedade Rural Brasileira. A presente tese foi relatada pelo Dr. Quintiliano Marques e unanimemente aprovada na sessão plenária do dia 7 de março de 1952.

Visando alertar o Brasil para novas técnicas administrativas

Parte da mesa que dirigiu os trabalhos. No momento, fala o Sr. João Carlos Vital, Prefeito do Distrito Federal, vendo-se ao seu lado, o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º vice-presidente do S. N. A.



Realizou-se na noite de 4 de fevereiro último, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, a sessão solene de Instalação do I Seminário Internacional de Administração Pública, convocado pela Fundação Getúlio Vargas sob os auspícios da UNESCO e da ONU.

Iniciando a solenidade, o ministro João Neves da Fontoura assumiu a presidência da Mesa, convidando a integrá-la os srs. Luiz Simões Lopes, João Carlos Vital, Murilo Braga, Pedro Calmon e os representantes do vice-presidente da República, do ministro da Justiça e do ministro da Guerra. Usou da palavra, inicialmente, o sr. Benedito Silva, representante do Departamento de Assistência Técnica da ONU, que fez a apresentação ao público, dos mestres ali presentes e participantes do Seminário, todos pertencentes a países membros das Nações Unidas.

Após concluída sua oração, discursou o prefeito João Carlos Vital, que, em rápida saudação, deu as boas-vindas aos participantes estrangeiros, dizendo da honra que constituía para o Rio poder hospedar personalidades tão ilustres.

Assumindo a tribuna, o sr. Luiz Si-

mões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas e que por longos anos dirigiu o DASP, fez uma explanação panorâmica sobre o problema da administração pública no mundo, afirmando, a certa altura, que "há um desequilíbrio manifesto entre a complexidade crescente dos problemas com que os Governos se vêem a braços e a capacidade de ação da maquinaria administrativa brasileira", esclarecendo que a indústria, o comércio e outros ramos da atividade humana têm progredido muito, o mesmo não acontecendo, entre nós, com a administração pública. Acentuou que, paralelamente ao grande progresso experimentado, em nossos serviços públicos, pelos ramos técnicos, como a saúde pública, por exemplo (com a resolução de problemas como os da peste bubônica, febre amarela, etc.), nenhum avanço tem havido no exercício das atividades — meios, onde existe o "carrancismo" administrativo. Enquanto as primeiras são orientadas por profissionais de formação regular, as segundas estão entregues a autodidatas e a funcionários sem base adequada de conhecimentos.

Enumerando uma série de conquistas da administração pública brasileira, o orador

afirma que houve renovação administrativa até dezembro de 1945, quando o DASP — diz textualmente — “foi estupidamente golpeado, sua obra praticamente estrangulada”. Mas já estava esse órgão em franco renascimento, razão por que a Fundação Getúlio Vargas convocara o Seminário no momento em realização.

Muito aplaudido, o sr. Simões Lopes ce- deu a palavra ao professor Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, que apresentou seu apoio e sua simpatia ao Seminário, discorrendo, depois, em erúditas considerações sobre o conceito da palavra “Estado” e indo até às aversões apresentadas pela mitologia. Concluindo, disse que “o Estado é um organismo biológico, razão por que urge disciplinar sua máquina mental, seu cérebro. E esse trabalho nada mais é do que o estudo racional da administração pública”.

O sr. Pedro Munoz Amato, diretor da Escola de Administração da Universidade de Porto Rico, falou, em seguida, suceden-

do-o na tribuna o ministro João Neves da Fontoura, que, encerrando a solenidade, apresentou agradecimentos à ONU pelo apoio prestado e asseverou que, “da racionalização universal dos processos de administração pública, nascerá um centro universal de administração pública, que trabalhará pelo engrandecimento da espécie humana.

Iniciados os trabalhos normais

Os trabalhos do I Seminário Internacional de Administração Pública, tiveram início, no dia seguinte, pela manhã, em duas sessões, uma de 9 às 10,30 e outra das 11 às 12,30 horas. O Instituto Brasileiro de Administração, da Fundação Getúlio Vargas, tomou as providências para secretariar as sessões do conclave, durante as quais foi feita a tradução simultânea dos trabalhos em quatro línguas: inglês, francês, espanhol e português. O Seminário prosseguiu diariamente naqueles horários, e os seus resultados foram plenamente atingidos.

O Planejado Retalhamento de um Parque Nacional

LUIZ CARLOS DE MESQUITA MAIA

Recentemente, o autor destas linhas recebeu do administrador-substituto do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, sr. Altamiro Barbosa Pereira, uma comunicação alarmante. Por instigação de alguns lavradores fluminenses, cogita-se de desapropriar do parque um vasto trecho, inclusive o vale do rio Soberbo. Tratando-se da única planície possuída por esta área federal, o assunto apresenta-se particularmente delicado e constitui mais uma prova insofismável do juízo que faz grande percentagem de brasileiros quanto aos parques nacionais.

Em um país que só possui três parques nacionais e que, segundo se declara, não dispõe de verba para criar nenhum outro, áreas desse tipo devem ser encaradas como territórios sagrados, verdadeiros santuários. Infelizmente, porém, a pouca consideração que eles têm merecido de nosso povo culminou com este projeto de desapropriação da única planície do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

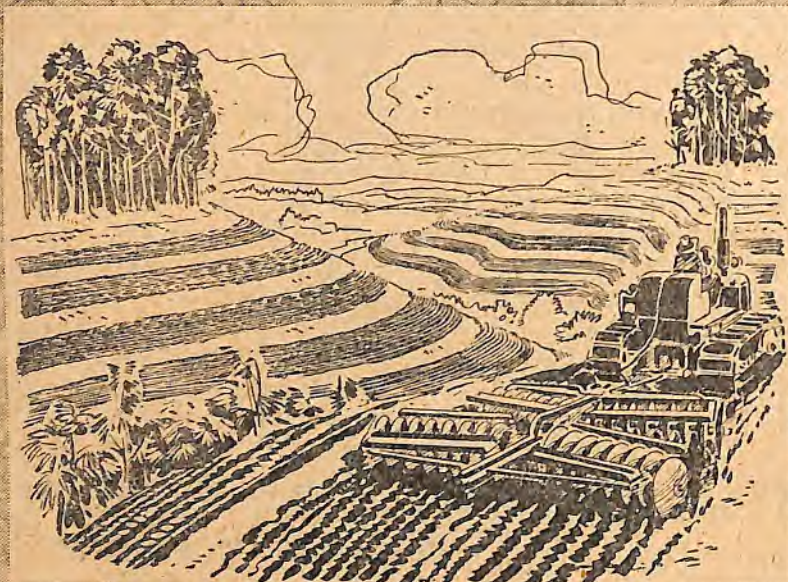
Sem dúvida, a localização dos nossos dois parques nacionais fluminenses em montanhas escarpadas contribuiu decisivamente para o conceito errôneo que se nota com maior intensidade entre os excursionistas dos vários clubes brasileiros de montanhismo. Em geral, no Brasil considera-se um parque nacional como uma organização destinada a facilitar o alpinismo e o acesso de turistas a pontos pitorescos, nada mais constituindo finalidades suas. Em consequência, o desprezo quanto à fauna e à flora dos nossos parques é completo.

No Parque Nacional de Itatiaia, em 1951, excursionistas fuzilaram um pequenino canídeo selvagem, obedecendo ao já famoso complexo de frustração que impele certos indivíduos das grandes cidades para os morros vizinhos, a fim de, simulando façanhas heróicas, sentirem-se como heróis novelescos. Atirando em um animalzinho inofensivo em plena solidão agreste, o medieval excursionista deve ter-se imaginado um bravo, comparável aos caçadores de

leão e “grizzly”. O funesto incêndio de 1950 na Serra dos Órgãos costuma ser atribuído a elementos do Clube Excursionista Carioca, os quais passaram pelo local, pouco antes de principiar o fogo. Como é hábito frequente entre os adeptos do montanhismo, fumar e cozinhar em pleno mato, há ameaça de incêndios muito piores em nossos parques nacionais. E tudo contribui para provar também o conceito em que se têm os santuários da natureza brasileira.

Todavia, deve ser ressaltado que este mau exemplo provém das autoridades competentes, que se mostram relaxadas no assunto. Haja vista o caso das carteiras de guardas florestais. Até rapazolas menores de idade, porém pertencentes a famílias abastadas ou a elas relacionadas, receberam tais carteiras. Entretanto, cortam árvores jovens a golpes de facão, disparam armas de fogo e fumam dentro das florestas federais e dos parques nacionais. Entre os excursionistas acusados de incendiar a Serra dos Órgãos, havia diversos guardas florestais. O bárbaro assassino que era um acatado guia no Centro Excursionista Pico de Itatiaia, até revelar a índole inerente a vários alpinistas da mesma entidade também era guarda florestal, conquanto nunca houvesse defendido as matas brasileiras. Doravante, deve haver maior rigor na concessão destas carteiras, para que seja melhor compreendido o alcance da medida.

E no tocante ao retalhamento do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, é indubitável que o sr. Altamiro Barbosa Pereira merece todo o apoio na sua luta contra este sacrilégio. Imensos setores estão abertos à lavoura, tornando-se absurdas a ideia de desapropriar a melhor parte de um dos nossos três únicos parques nacionais com este fim. Unamo-nos à administração do parque, em defesa da integridade de uma das mais louváveis realizações do nosso Governo.



As terras "calvas" morrem mais depressa

● A International Harvester oferece aos seus clientes o melhor serviço de peças sobressalentes. Coopera também no desenvolvimento da indústria local, orientando e auxiliando o fabricante nacional a suprir peças que não podem ser importadas.

No Brasil Império, existia uma lei proibindo a derrubada das matas situadas nos cabeços dos morros... pois já naquela época se reconhecia que as terras sem a proteção das árvores, expostas diretamente à ação dos ventos e das enxurradas, morriam mais depressa sob os nocivos efeitos da erosão. Assim, desde os anos mais remotos, o reflorestamento é uma condição básica da **estabilidade material e econômica** da agricultura. E para os trabalhos de reflorestamento da sua fazenda, V. obterá maior eficiência e rendimento utilizando os modernos tratores e equipamentos mecanizados.

Consulte o Concessionário I. H. mais próximo

INTERNATIONAL HARVESTER

MÁQUINAS, S.A.

FÔRÇA INDUSTRIAL INTERNATIONAL - CAMINHÕES
INTERNATIONAL-TRATORES e MÁQUINAS
AGRICOLAS MCCORMICK INTERNATIONAL

RIO DE JANEIRO: AV. BARÃO DE TEFÉ, 74 * SÃO PAULO: RUA ORIENTE, 57 * PORTO ALEGRE: RUA GASPAR MARTINS, 203

A Sociedade Nacional de Agricultura na mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira

(Especial para "A LAVOURA", pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA
SILVEIRA)



Mesa de uma das sessões plenárias da Mesa Redonda de Agricultura, vendo-se, da esquerda para a direita o Dr. Plínio Prado, da Sociedade Rural Brasileira, Dr. João Pacheco Chaves, Secretário da Agricultura de S. Paulo e Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura seguindo a sua norma de conduta de prestigiar e colaborar em todos os empreendimentos visando o estudo dos problemas da agricultura nacional, enviou à Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março uma delegação integrada pelo Dr. Edgard Teixeira Leite, seu 2.º Vice-Presidente, e os técnicos Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira, Romolo Cavina e Otto Frensel, membros de sua diretoria, atendendo a um honroso e amável convite recebido do Dr. Mário Rolim Teles, presidente da referida entidade de classe.

Em São Paulo, os membros da delegação foram distinguidos com encargos confiados pela Comissão Diretora do referido conclave, cabendo:

- a) ao Dr. Edgard Teixeira Leite presidir, durante o tempo que ali esteve, a II Comissão da Mesa Redonda da Agricultura (Conservação do solo);
- b) ao Dr. Alberto Ravache, sub-chefe da delegação, atuar não só na primeira comissão, como também presidir e secretariar algumas sessões plenárias;
- c) ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, secretário da delegação, atuar como auxiliar da Secretaria Geral, secretariar as sessões plenárias, colaborar na coordenação dos trabalhos de imprensa, assessorar os trabalhos de taquigrafia e funcionar junto à V Comissão (Serviço Social Rural);
- d) ao Prof. Romolo Cavina, coube se-

cretariar a V Comissão (Serviço Social Rural), que teve como presidente o Dr. Malta Cardoso, além de colaborar em outros setores onde sua presença se tornou necessária.

A referida delegação foi portadora de 16 teses, tôdas elas aprovadas unânime-mente pelo plenário da Mesa Redonda da Agricultura.

Foram as seguintes as teses apresentadas e defendidas pela delegação da S.N.A.:

- 1 — “*O papel da semente selecionada no progresso da agricultura*”, do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. C. A. Krug e aprovada pelo plenário na sessão de 4-3-1952.
- 2 — “*Política do trigo*”, do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. C. A. Krug e aprovada pelo plenário na sessão de 4-3-1952.
- 3 — “*O ensino agrícola e as associações de classe*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Romolo Cavina e aprovada na sessão plenária de 4-3-1952.
- 4 — “*Encaminhamento de vocações para a agricultura*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Prof. Romolo Cavina e aprovada pelo plenário em 4-3-1952.
- 5 — “*As Semanas Ruralistas e os problemas do homem rural*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Romolo Cavina e aprovada pelo plenário em 6-3-1952.
- 6 — “*Seguros agrícolas e pecuários*”, do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik e aprovada pelo plenário em 7-3-1952.
- 7 — “*Crédito para a agricultura*”, do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada pelo plenário na sessão de 7-3-1952.
- 8 — “*Precisamos de verdadeira política agrária*”, do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. Alberto Ravache, aprovada pelo plenário na sessão de 7-3-1952.
- 9 — “*Crédito agrícola para o pequeno agricultor*”, do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik, aprovada na sessão de 7-3-1952.
- 10 — “*Imposto de consumo para os derivados do leite de fabricação nacional*”, do Sr. Otto Frensel, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik e aprovada em sessão do dia 7-3-1952.
- 11 — “*Criação do Instituto de Solos do Brasil*”, do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Eng. Ag. Quintiliano Marques, aprovada na sessão plenária do dia 7-3-1952.
- 12 — “*Princípios normativos de uma política agrária brasileira*”, do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada em 8-3-1952.
- 13 — “*Educação sanitária do homem rural*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Cory Gomes de Amorim e aprovada pelo plenário na sessão de 8-3-1952.
- 14 — “*A imprensa e os problemas do homem rural*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves, aprovada na sessão plenária do dia 8-3-1952.
- 15 — “*O rádio e os problemas do homem rural*”, do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves e aprovada pelo plenário no dia 8-3-1952.
- 16 — “*Considerações em torno do projeto de lei n.º 1.572*”, do Sr. Otto Frensel, relatado pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada na sessão plenária de 8-3-1952.

Coube ainda à Sociedade Nacional de Agricultura, por sua delegação, apoiar e defender uma moção apresentada pelo Dr. Waldik Moura, representante do governador da Bahia na Mesa Redonda de Agricultura, defendendo o financiamento para o cacau, que, pela sua importância (3.º produto na nossa exportação), não podia deixar de merecer todo o apóio e interesse da S.N.A. que sempre dispensou ao cacau especial cuidado.

Foi ainda apresentada pela delegação da S.N.A., subscrita não só pelos seus delegados mas também por outros congressistas, tais como Dr. Plínio de Castro Prado, Dr. Cory Gomes de Amorim, Dr. Piza Sobrinho, Dr. Octacílio Tomanik e outros,

uma indicação relativa ao Código Rural, cuja redação foi a seguinte:

INDICAÇÃO APRESENTADA À MESA REDONDA DE AGRICULTURA

Em congressos agrícolas, principalmente no Rio Grande do Sul, vem sendo constantemente ponderada a conveniência de um "Código Rural" para o Brasil, a exemplo do que possuem os nossos vizinhos do Uruguai e Argentina e outras Nações.

Assim, considerando as vantagens que para a nossa agricultura virá trazer um instrumento desta ordem, solicitou à Sociedade Nacional de Agricultura, em 1941, ao então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, que tomando-a por base os anteprojetos dos Drs. Borges de Medeiros e Joaquim Luis Osório, o Ministro da Agricultura, ficasse incumbido de organizar um anteprojeto de Código Rural, para ser submetido ao Congresso Nacional. Pelo então Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa, foi cometida esta incumbência ao ilustre Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Dr. Luciano Pereira. Este grande jurista, pondo mãos à obra, propôs a criação de uma comissão com representantes das Classes Rurais, que ficou assim constituída: Sociedade Nacional de Agricultura, representada pelo Dr. Adamastor Lima; Sociedade Rural, pelo Dr. Malta Cardoso; Sociedade Riograndense de Agricultura e Mineira de Agricultura.

Concluído o trabalho foi este publicado no "Diário Oficial" para receber sugestões, as quais se elevaram a mais de mil. De posse destas, elaborou a Comissão o projeto definitivo que a seguir foi encaminhado ao Sr. Presidente da República, que por sua vez ainda resolveu submetê-lo ao Procurador da República, Dr. Themistocles Cavalcanti como presidente de uma última Comissão integrada dos mesmos e mais um, do Ministério do Trabalho.

Elaborado o projeto definitivo foi este encaminhado ao novo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que por sua vez o remeteu ao Ministério da Agricultura, para ser ouvido, deixando assim de ser encaminhado ao Congresso Nacional como era desejo das classes e Comissão.

No momento em que tanto se fala de Reforma Agrária, jogando em causa toda a tradição da vida rural brasileira, seria de desejar se solicitasse do governo o prosseguimento e encaminhamento do referido

projeto ao Congresso Nacional, pois sua aprovação viria regular a vida rural do país, dando-lhe a necessária estabilidade e tranquilidade para trabalhar.

(Ass.) *Alberto Ravache*
Geraldo Goulart da Silveira
Piza Sobrinho
Romolo Cavina
Plínio de Castro Prado
Waldik Moura
Cory Gomes de Amorim
Octacílio Tomanik
Otto Frensel e outros.

A indicação acima foi lida pelo Dr. Alberto Ravache na sessão plenária do dia 8-3-1952, merecendo aprovação unânime do plenário. Aliás, diga-se de passagem, é velha aspiração da S.N.A. a promulgação de um Código Rural, que venha disciplinar a vida agrícola brasileira, que precisa mais de um tal código do que mesmo de uma reforma agrária.

—:—

Coube ao Dr. Edgard Teixeira Leite, vice-presidente da S.N.A. e chefe da delegação, relatar a tese apresentada pelo Dr. Alberto Prado Guimarães subordinada ao título: "O problema do algodão brasileiro".

Foi o seguinte o parecer do Dr. Edgard Teixeira Leite, que mereceu aprovação unânime do plenário em sua sessão do dia 6-3-1952:

Parecer referente à tese: "O Problema do Algodão Brasileiro" elaborado pela Comissão Especial do Algodão, relatada pelo Sr. Alberto Prado Guimarães:

"Examinei com interesse e atenção, a tese em apreço, que encerra valioso subsídio para estudo do problema do algodão no Brasil, na sua parte expositiva. As suas conclusões apresentam recursos e diretrizes, capazes de manter uma "política nacional para o algodão".

E quero ressaltar que tem todo o cabimento de qualificação de "nacional" pois são a expressão dos anseios das classes produtoras de todo o país.

Na verdade além do que foi resolvido na primeira Convenção Algodoeira de São Paulo, realizada na Bolsa de Mercadorias, apoia-se a tese nas recomendações da Reunião Nacional Algodoeira do Nordeste, realizada em 1951, em Campina Grande.

É todo o Brasil produtor de algodão, Nordeste e Sul — que foi objeto de medidas visando esta importante malvacea —

consubstanciadas nas recomendações da tese em exame. Estudada sob um aspecto geral, com sentido nacional, verifiquei que as recomendações aconselham medidas que, se executadas, poderão reerguer a tradicional lavoura, sobre que assenta uma das mais nacionais das nossas indústrias.

Há entretanto um ponto que deve ser posto em especial evidência. É a recomendação relativa à reparação do esbulho sofrido pela lavoura e pelos maquinistas de algodão de Cr\$ 10,00 por arroba do algodão em pluma, compulsoriamente entregue ao Banco do Brasil.

A matéria já foi apreciada pelo Poder Público e aprovada pela Câmara dos Deputados, através de um projeto que está hoje em trânsito pelo Senado. Trata-se de uma medida justa e merecedora de todo o amparo, cuja execução virá restabelecer a confiança na lavoura algodoeira.

Há também um aspecto que deve ser posto em particular evidência. É o do *preço mínimo* — para o algodão — que constitui o primeiro dos itens das Recomendações Gerais da Reunião Nacional Algodoeira no Nordeste, cuja aprovação responderá a uma das solicitações mais instantes dos produtores do Nordeste e também do Sul. É principalmente para os produtores das regiões assoladas pela seca, que esta medida terá o maior cabimento, embora seja uniforme para todo o Brasil. O preço, segundo se verifica, deverá ser de Cr\$ 100,00 por arroba de 15 quilos do algodão em caroço na base do tipo 5, com ágio e deságio, a serem fixados pela Comissão de Financiamento da Produção e esta cotação tem seu fundamento na composição de preços, em que serão liberados subprodutos do linter, como óleo e a torta.

Assim, nestes termos, sou de parecer que a tese seja apreciada pelo Plenário e aprovadas as suas conclusões que consultam o interesse nacional.

São Paulo, 4 de março de 1952.

(Ass.) *Edgard Teixeira Leite.*

As conclusões referentes à tese relatada pelo Dr. Edgard Teixeira Leite foram as seguintes:

- 1 — Aprovar as recomendações da Convenção Algodoeira de São Paulo realizada em 20 de setembro de 1950.
- 2 — Aprovar as conclusões da Reunião Nacional Algodoeira no Nordeste, nos termos do relatório da Comissão Especial do Algodão do Esta-

do de São Paulo (C.E.A.), publicado em sua íntegra na "Revista dos Mercados" (ns. 8 e 9 de abril e maio de 1951).

- 3 — Referendar o Memorial de 9 de maio de 1951 da Associação de Usineiros de Algodão do Estado de São Paulo, dirigido ao Banco do Brasil pleiteando medidas de amparo à produção e de normalização do comércio algodoeiro.
- 4 — Apoiar os cotonicultores na sua pretensão de se obter do Governo Federal um preço mínimo de Cr\$ 100,00 por arroba de 15 quilos de algodão em caroço na base do tipo 5, com os ágios e deságios a serem fixados pela "Comissão de Financiamento da Produção", incluindo-se dêsse modo o algodão no art. 1.º da lei n. 1.506, de 19-12-51, conforme Memorial apresentado ao Governo pela Sociedade Rural Brasileira, em 29 de fevereiro de 1952.

—:—

Ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, coube relatar, como membro que era da V Comissão, a tese "Escolas Práticas de Agricultura", de autoria do Dr. Cory Gomes de Amorim. Foi o seguinte o parecer do Dr. Geraldo Goulart da Silveira, unanimemente aprovado na sessão de 9-3-1952:

"O autor, depois de tecer uma série de considerações a respeito do ensino e da educação rural, a qual tem dedicado, sem dúvida, muita meditação, — pois assim comprovam os conceitos que explana com muita precisão —, apresenta um ante-projeto de escola intermediária seguida de um curso de especialização organizado, há quatro anos, pelo Departamento Social da Sociedade Rural Brasileira.

Este projeto obedece a idéias, fundamentos e diretrizes pedagógicas as mais modernas, ainda não levadas a efeito entre nós.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho que deve merecer a atenção de todos quanto se interessam por esse problema, pois aborda a matéria de uma maneira nova no campo do ensino agrícola que precisa e deve ser encarado com muita objetividade, tendo-se em vista as suas peculiaridades.

A escola idealizada e planejada pelo autor é uma verdadeira escola integral que empregará técnica agrícola avançada,

funcionará como estação agrícola modelo, será sede de um centro conservacionista, será um centro de serviço social e terá, dentro de seus elevados objetivos, uma ação educativa sobre toda a população da comunidade local.

Somos de parecer, portanto, que a mesma mereça a aprovação d comissão e do plenário.

ass. *Geraldo Goulart da Silveira*

Em virtude da eleição do Prof. Arthur Torres Filho para membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Conservação do Solo, usou da palavra, na sessão plenária, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que se dirigiu aos presentes nos seguintes termos: Sr. Presidente. Na diretoria da Sociedade Brasileira de Conservação do Solo, agora eleita por aclamação, figura o nome do Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A., como membro do Conselho Fiscal. Como membro que sou da delegação dessa entidade de classe, cabe-me agradecer a distinção com que o plenário distinguiu o nome desse ilustre brasileiro. De fato, meus senhores, o prof. Arthur Torres Filho, pelo seu caráter, pela sua probidade, pela sua cultura e dedicação à causa pública e à lavoura, é um nome qde honra a agronomia nacional. O Prof. Arthur Torres Filho não é só o professor emérito; é também um técnico dos mais abalizados, um conhecedor profundo de nossos problemas econômicos e um ruralista dos mais devotados. A sua eleição, por aclamação, por este plenário, é, portanto, justa e merecida, e nós, da delegação da S.N.A., sentimo-nos jubilosos por este motivo. Foi esta uma homenagem a um grande e ilustre brasileiro que com acerto e invulgar capacidade dirige há anos a Sociedade Nacional de Agricultura. Era o que tinha a dizer, sr. presidente".

A delegação da S.N.A. ofereceu a Sociedade Rural Brasileira, no dia 3-3-1952 um banquete que contou com a presença de toda a delegação da S.N.A., do Dr. Mario Rolim Teles, presidente da S.R.B., do dr. Alberto Prado Guimarães, secretário geral da Mesa Redonda da Agricultura, do dr. Plínio de Castro Prado, de numerosos técnicos presentes à Mesa Redonda e de jornalistas do Rio e de S. Paulo. Oferecendo o banquete falou o dr. Alberto Prado Guimarães em nome do dr. Mario Rolim Teles e agradeceu a home-

nagem, em nome do dr. Arthur Torres Filho, o dr. Edgard Teixeira Leite.

Com a vinda para o Rio do dr. Edgard Teixeira Leite, no dia 4-3-1952, por motivos imperiosos coube ao dr. Alberto Ravache continuar chefiando a delegação da S.N.A., que procurou tudo fazer para bem desempenhar a missão que lhe fora confiada pelo dr. Arthur Torres Filho.

Foi das mais proveitosas, portanto, a atuação da S.N.A. na Mesa Redonda da Agricultura, em boa hora convocada pelo S.R.B. que, pelo êxito alcançado pelo conclave prestou mais um relevante serviço à agricultura nacional.

A S.N.A. que há mais de 50 anos vem estudando com dedicação e interesse todos os nossos problemas agrícolas não podia deixar de atender ao convite de sua coirmã, que também tem um passado tradicional e, através de sua delegação colaborar no referido conclave.

As atividades de sua delegação ficaram assinaladas não só pela apresentação e defesa de 16 teses, das quais 5 de autoria de seu presidente, dr. Arthur Torres Filho, como também pelos numerosos encargos que couberam aos seus membros por uma deferência toda especial da S.R.B.

Estão, pois, de parabens, a S.R.B., pelo brilhante êxito de sua oportuna Mesa Redonda de Agricultura que debateu 97 teses, e a S.N.A., pela atuação de sua delegação chefiada inicialmente pelo dr. Edgard Teixeira Leite e, posteriormente, pelo dr. Alberto Ravache.

ANEXO I

TEMARIO DA MESA REDONDA DE AGRICULTURA

I — *Política econômico-financeira*

- a) — Finanças públicas e Economia Rural — Inflação: suas causas e seus reflexos sobre a Economia Rural;
- b) — Crédito Rural — Crédito de investimento e de custeio — Financiamento da produção (Café, Algodão, Produtos Alimentícios, Fibras Textéis, Borracha, Fumo, Oleaginosas, Pecuária e Silvicultura) — Crédito Cooperativo;
- c) — Preços mínimos e abastecimentos urbanos — Silos, Ar-

- mazens e Expurgos. Indústria do Frio;
- d) — Estradas de penetração e Estradas municipais. Transportes ferroviários, fluviais e de cabotagem;
 - e) — Comércio interno e externo — Cambiais;
 - f) — Imigração e Colonização;
 - g) — Dirigismo e econômico e Livre iniciativa.

II — *Conservação do sólo*

- a) — Técnica conservacionista — Reflorestamento, Bosques, Parques, Pomares — Reservas Florestais;
- b) — Mecanização Agrícola. Técnica de Aração — Carpas Mecânicas — Irrigação e Drenagem;
- c) — Máquinas e Ferramentas (Produção e Consumo);
- d) — Adubação — Humus — Composto — Adubos orgânicos e suínicos, sua fabricação e sua importação — Calcários — Usinas de Moagem.

III — *Produção agrícola*

- a) — CAFÉ - Conservação e restauração das lavouras cafeeiras — Orientação Técnica — Material — A Fazenda de Café e a Granja avícola e leiteira — Defesa do Café;
- b) — Algodão — Fibras — Seda e Oleaginosas — Raízes e Tubérculos;
- c) — Madeiras — Celulose — Combustíveis vegetais;
- d) — Cacaú - Fumo - Borracha;
- e) — Produtos alimentícios;
- f) — Açúcar - Função das Usinas de Açúcar no reerguimento das zonas velhas;
- g) — Combate às pragas — Inseticidas — Fungicidas e Herbicidas — Fabricação e Importação;
- h) — Tratores e tratoristas — Escolas e cursos rápidos — Patrulhas e Oficinas mecânicas;
- i) — Função da Eletricidade no soerguimento da vida rural;
- j) — Indústrias Agrícolas.

IV — *Produção animal*

- a) — Gado leiteiro — Raças puras e cruzamentos — Criação extensiva e intensiva, mixta — Leite e laticínios: produção, benéficiamento, industrialização, distribuição e consumo;
- b) — Gado de corte — Raças puras e cruzamentos — Carne e derivados: produção, transportes, distribuição e consumo. Frigoríficos regionais; (Leite e Corte);
- c) — Raças de finalidade mixta
- d) — Equinos, Suínos, Ovinos, Caprinos, Aves e Peixes;
- e) — Pastagens naturais e artificiais — Cultura de forragens — Reservas de Inverno — Arraçoamento — Política das Tortas;
- f) — Sal: Produção, transporte, distribuição e consumo;
- g) — Epizootias — Verminoses, carrapatos e bernes.

V — *Serviço Social Rural*

- a) — Fomento Agro-Pecuário e Serviço Social Rural;
- b) — O Homem Rural e seus problemas;
- c) — Organização e Orientação do Ensino Primário — Escolas Práticas de Agricultura;
- d) — Seguros — Acidente;
- e) — Legislação Trabalhista.

ANEXO II

Relação das teses apresentadas à Mesa Redonda de Agricultura

“Aspectos da Organização Agrária para o Brasil”, ministro João Cleophas; “O papel da semente selecionada no progresso da agricultura”, prof. Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; “Política do Trigo”, prof. Artur Torres Filho; “Precisamos da verdadeira política agrária”, prof. Artur Torres Filho; “Racionalização da cultura do café”, José de Toledo Moraes; “Fomento agropecuário e serviço social rural”, Manoel Rocha Filho, prefeito municipal de Redenção da Serra; “Adubos Orgâni-

do Sindicato da Indústria de Adubos e Cores e químicos", Nizio Viana, presidente das do Estado de S. Paulo; "A borracha paulista", Alfredo Ellis; "Leite, carne e adubos", Mario de Sousa Queirós; "Diretismo econômico e livre iniciativa", Antonio de Queirós Teles; "Aspectos políticos, sociais e econômicos da vida agrária brasileira", Alceu Martins Parreira; "Estudo sobre tecnologia do queijo prato", Francisco do Amaral Rogick; "A cafeicultura e a criação de ovinos, associadas nas pequenas propriedades", Armando Boggi; "Criação de caprinos", Alberto Alves Santiago; "Contribuição para o estudo da estação de monta dos bovinos de corte no Brasil", José Barrisson Vilares; "Controle da produção agropecuária no Estado de São Paulo", Eduardo Miller; "Da aplicação de um método didático na divulgação científica", José Marques dos Reis e Helio Furtado do Amaral; "A inseminação artificial na melhoria dos rebanhos", Valter Carvalho Miranda; "A criação de aves como fator de equilíbrio agropecuário", Henrique Francisco Raímo; "Reservas forrageiras para seca", Geraldo Leme da Rocha; "A pesca marítima no Estado de São Paulo", Emilio Varoli; "O teor de vitamina "A" em óleo de fígado de peixes teleosteos", Hilda M. Teixeira e Silva; "Considerações sobre o despovoamento dos rios", Pedro de Azevedo; "Considerações sobre a criação de peixes de água doce", Pedro de Azevedo; "Custo de produção do leite no Estado de São Paulo", Fidelis Alves Neto; "Calagem, acidez de solos e época de aplicação de fertilizantes", H. Passos; "Imigração", Antonio Queirós Teles; "Combate à carestia da vida", Antonio de Queirós Teles; "Férias aos colonos", Eduardo Carvalho; "Contabilidade agrícola", Manoel dos Reis Araújo; "Novas conquistas na nutrição de aves", Breno M. Martins de Andrade; "Considerações sobre alimentação de vacas leiteiras", Breno M. Martins de Andrade; "A restauração dos cafezais nas zonas velhas do Estado pela adubação com esterco de galinha", Antonio Carlos Correia; "Isenção fiscal pela primeira venda do produtor", Antonio Carlos Correia; "Facilidades aduaneiras para importação de produtos veterinários", Antonio Carlos Correia; "Propaganda do café", Antonio Carlos Correia; "O problema do algodão brasileiro", Alberto Prado Guimarães; "Crédito agrícola para o pequeno produ-

tor", Romulo Cavina; "Seguros agrícolas e pecuários", Romulo Cavina; "Princípios normativos e uma política agrícola brasileira", Romulo Cavina; "Educação sanitária do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "A imprensa e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "Encaminhamento de vocações para a agricultura", Geraldo Goulart da Silveira; "O rádio e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "O ensino agrícola e as associações de classe", Geraldo Goulart da Silveira; "As semanas ruralistas e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "Plano de soerguimento agropecuário com assistência social, técnica, econômico e financeira, e fonte recursos para sua execução", Alberto Ravache; "Financiamento à lavoura paulista", Alberto Prado Guimarães; "Imposto de Consumo sobre derivados do leite de fabricação nacional", Otto Freusel; "Considerações em torno do projeto de lei n. 1.572", Otto Freusel; "Crédito para a agricultura", Artur Torres Filho; "Criação de um instituto de solos no Brasil", Artur Torres Filho; "As indústrias universais e o problema universal em face do crescente aumento mundial de madeiras e seus subprodutos", Orlando de Almeida Prado; "Seguros e acidentes", Silvio Claro Cunha; "Adubação Mineral para a batatinha — influência do nitrogênio, fósforo e potássio sobre a produção", O. J. Boock; "Uma política nacional de produção, circulação, consumo e preço", Antonio Queirós do Amaral; "Estatuto da Sociedade de Conservação do Solo do Estado de São Paulo", Raul da Rocha Medeiros, Guido Cesar Rando, Victor Del Nero Suárez, Miguel Bechara e Acácio Gomes; "A importância da abelha", Coriolano Francisco Caldas Filho; "A irrigação", Durval Machado; "Principais causas da falta de carne e leite", José Peres de Oliveira; "Subsídios para organização e administração do serviço social rural", F. Escobar Duarte; "Inflação monetária, fator de tendência da monocultura na agricultura brasileira", José Bonifácio Amaral; "Agricultura e política de abastecimentos", José Bonifácio do Amaral; "Propostas sobre o ensino agrícola", Francisco Escobar Duarte; "Determinação da acidez e da basicidade equivalente nas misturas de adubos", E. J. Kiehl; "Mercado interno da Banana", Hilario Correia e Alcides S. Caldeira.

A hidrofobia no Distrito Federal

COMO A SECRETARIA DE AGRICULTURA DA P. D. F. VEM INSTRUINDO A POPULAÇÃO SÔBRE UMA EFICIENTE PROFILAXIA DA RAIVA

Segundo dados colhidos pelo Serviço de Medicina Veterinária do Departamento de Veterinária da Secretaria de Agricultura da P. D. F., foi elevadíssimo o índice de hidrofobia no Distrito Federal, no corrente ano, em relação ao ano de 1951. Constatada a procedência do assunto, verifica-se a necessidade de um eficiente combate aos cães vadios, para o que faz aquele Departamento um apêlo não só a população do Distrito Federal, mas de todas as cidades e dos homens do campo, num amplo apoio às medidas profiláticas postas em prática pela referida Secretaria.

O dr. Heitor Grillo, titular da Secretaria de Agricultura, declarou que ante a incidência dos casos de raiva no centro e nos subúrbios do Rio e das sérias ameaças que os animais raivosos oferecem ao público em geral, sua repartição está empenhada numa eficiente campanha de profilaxia da raiva.

A decisão do dr. Grillo é das mais louváveis, pois, como verificarão os leitores, diariamente, numerosas pessoas são atacadas por cães raivosos. O trabalho daquela órgão da Prefeitura do Distrito Federal, tem por finalidade instruir o público, acautelar os proprietários de animais e mostrar ao leigo, o terrível mal que é chamado vírus de rua. Basta dizer que a vítima contaminada com o vírus rábico, está condenada à morte depois de cruéis padecimentos, pois a ação da raiva tem como campo de ação os centros nervosos da pessoa.

Instruindo a população sôbre o que deve fazer no combate à raiva, recomenda a Secretaria de Agricultura:

“Aos leigos, é muito difícil o diagnóstico da raiva. Os sintomas podem ajudar o diagnóstico, mas podem também acarretar confusões. Os exames de laboratório esclarecem tôdas as formas da doença. E aqui está um conselho que deve interessar a todos os donos de animais domésticos: o diagnóstico tem capital importância, quando há pessoas contaminadas pelo animal doente. Neste caso, o animal deve ser sacrificado sumariamente; o cão, ou outro

animal qualquer, deve ser prêso e o veterinário deve sacrificá-lo. Sua cabeça deve ser cortada, para evitar o risco de contaminação e remetida ao laboratório especializado, com as informações relativas ao caso.

O ferimento deve ser lavado imediatamente com água fervida morna, com sabão líquido de preferência, e em seguida, com solução antisséptica. Os ferimentos profundos ou mordeduras nas mãos e próximas à cabeça são os casos mais graves. O animal, sob suspeita de raiva, deve ser prêso pelo menos durante 15 dias, sob observação do veterinário. Os animais com sintomas típicos de raiva, devem ser imediatamente sacrificado para exame de laboratório. A pessoa mordida ou contaminada deve dirigir-se imediatamente ao Instituto Pasteur, na rua Juan Pablo Duarte n.º 11 (ex-rua das Marrecas), — Telefone 22-3028. Quanto mais depressa for socorrido o paciente para o ato da vacinação, mais eficiente será o resultado da vacina anti-rábica. Mais vale prevenir do que remediar: a raiva declarada é incurável”.

Na antiga rua das Marrecas, funciona o Instituto Pasteur sob a direção do dr. Roberto de Souza Coelho, chefe dos serviços gerais para a profilaxia da raiva. O Instituto, como tudo que no Brasil presta relevantes serviços ao público padece de falta de recursos, se bem que atenda aos que o procuram com todo zelo e dedicação dado ao elevado espírito de compreensão e humanidade dos médicos, enfermeiros e demais funcionários.

Ali fomos encontrar numerosas pessoas atacadas por cães raivosos e que recebem diariamente o tratamento preconizado. Velhos, mulheres, crianças, todos são imediatamente atendidos, fazendo os médicos e enfermeiros, verdadeiras preleções de utilidade no conhecimento dos animais raivosos.

O Instituto Pasteur, segundo nos informou um dos seus médicos, o dr. Enio Serra, que no momento atendia a algumas ví-

timas da raiva, já atendeu a mais de ... 150.000 pessoas em 15 anos. Nesta capital, cerca de 800 pessoas estão recebendo injeções contra o vírus rábico e cerca de 40 fichas de consultas são registradas diariamente. A média de socorros diário, atinge a 150 em todo o Distrito Federal, o que demonstra cabalmente a elevada incidência dos casos de hidrofobia. Esse aumento, deve-se a certas deficiências no aparelhamento de combate e que agora a Secretaria de Agricultura, graças à operosidade de seu titular, está removendo. O público em parte, é culpado também. Os proprietários de cães não procuram os postos e o próprio Instituto, ou mesmo um

veterinário particular para se informarem sobre o estado do animal. Quando surgem as carrocinhas de apreensão de animais vadios, ainda se insurgem contra os funcionários da P. D. F. havendo se registado até conflitos. A carrocinha é uma necessidade para combater os cães vadios, grandes portadores do terrível mal. No Instituto Pasteur, o público, tem ali um verdadeiro centro de estudos científicos. A vacina é ali feita em laboratórios próprios e com a utilização de coelhos. Cerca de 100 destes animais são utilizados mensalmente para as vacinas destinadas ao povo nessa louvável campanha da Secretaria de Agricultura.

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

(REVISTA MENSAL)

DIREÇÃO { Eurico Santos
Sylvio Leal
M. Nunes

PROPRIEDADE:

EDITORA SELEÇÕES AGRÍCOLAS LTDA.

AV. NILO PEÇANHA, 26-12.º — Tels. 32-6163 e 32-9180

ASSINATURA ANUAL:

Brasil	Cr\$ 50,00
Exterior	Cr\$ 100,00
Número avulso	Cr\$ 5,00
Atrasado	Cr\$ 8,00

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR



Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA (CARBÚNCULO SINTOMÁTICO)

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO, VERDADEIRO)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

Rua Licínio Cardoso, 91 — Caixa Postal, 1420

RIO DE JANEIRO

O Movimento Associativo Rural no Paraná

O QUE VEM REALIZANDO A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO PARANÁ NO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DE NOVAS UNIDADES — UMA CIRCULAR ENVIADA A 59 PREFEITOS MUNICIPAIS, ENCARECENDO A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE RURAL

Do sr. Miguel Matiskei, Secretário Geral da Federação das Associações Rurais do Paraná, recebemos:

"Prezado Senhor Diretor:

A propósito da inserção, nesse brilhante matutino, na data de ontem, sob o título "Organizar-se a classe rural", de um telegrama do Rio, em que é destacada a atividade associativa rural em diversos do Estados da União, tenho o prazer de juntar ao presente a cópia da circular E-227, de 18 do corrente, dirigida a 59 Prefeitos Municipais em cujos Municípios ainda não se manifestou aquela atividade.

O movimento associativo rural teve início no Paraná em 1946, sendo dessa época as cinco Associações Rurais mencionadas em primeiro lugar no citado expediente.

A FARP tem por uma das obrigações estatutárias a organização de novas unidades. Dai a expedição da circular E-227.

Tratando-se de um assunto de interesse geral, seria sobremaneira valioso o apoio, a essa campanha, da imprensa paranaense, que sempre se destacou em empreendimentos dessa natureza.

Pedindo-lhe aceitar os meus protestos de apreço e consideração, subscrevo-me, — Atenciosamente; — Federação das Associações Rurais do Paraná.

MIGUEL MATISKEI — Secretário Geral".

"Circular E-227

Senhor Prefeito:

Em data de 24 de outubro de 1945 fôra baixado um Decreto-lei, que tomou o número 2.127, dispondo sobre a organização da vida rural brasileira.

Diz o seu artigo primeiro:

"Cada Município terá uma Associação Rural de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas agrícola, extrativa, partoril ou industrial, e também técnicos ligados a essas atividades".

Adiante, quando determina prazo para adaptação, à nova lei, de Sociedades agro-pastoris existentes na época, o parágrafo único do artigo quinto estabelece o seguinte: "Não havendo instituições no Município ou, se a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura a deliberação de se adaptar a este Decreto-lei, cabe ao Prefeito, no prazo de noventa dias e na forma estabelecida no Regulamento, promover a fundação da Associação Rural do Município, caso não o tenham feito, livremente os interessados".

Por razões óbvias poucos Prefeitos daquela época promoveram a desejada fundação de Associações Rurais em seus Municípios.

Das poucas que estão, se fundaram, foram reconhecidas e registradas as dos Municípios de Piraquara, Mallet, Caviuna (atual Ralândia), São Mateus (atual São Mateus do Sul) e Santo Antônio da Platina, respectivamente sob números 97, 100, 107, 108 e 111. Posteriormente, foram fundadas mais algumas, sendo reconhecidas e registradas no Ministério da Agricultura as dos Municípios de Bandeirantes, Araucária, Rio Negro, Curitiba, Campo Largo, União da Vitória, Foz do Iguaçu e Prudentópolis respectivamente sob números 140, 143, 149, 152, 159, 160, 165 e 167. Ultimamente, foi reconhecida e registrada sob número 427 a Associação Rural de Irati, achando-se no Ministério da Agricultura os processos para reconhecimento e registro das AA.P.R., de Rebouças e da Lapa. Estão em fase preparatória os processos das AA.RR. dos Municípios de Jaguariaíva, Londrina e Rio Azul. Há, no Estado, mais duas Associações Rurais de caráter regional (Zonas de Cornélio Procopio e Cambará) e mais a especializada Associação Paranaense de Cafeicultores "APAC".

A maioria das Associações Rurais mencionadas tem vida ativa nos respectivos Municípios, cooperando grandemente para o progresso da cultura racional do solo, melhoria dos rebanhos e, principalmente, para o levantamento do nível social do homem do campo. Diversas Associações têm uma projeção satisfatória, contribuindo para o engrandecimento próprio Município de sua área de ação.

Infelizmente, levada em conta a extensão territorial do Estado e o número de seus Municípios, as Associações Rurais existentes representam uma parcela insignificante no âmbito ruralista nacional, ficando o Paraná em absoluta desproporção com relação aos outros Estados de menores possibilidades. Os dados numéricos do Ministério da Agricultura, colhidos em setembro de 1951, mostram o seguinte quadro:

Estado	AA.RR.	Sócios
Alagoas	1	122
Amazonas	—	—
Bahia	5	254
Ceará	39	1.759
Esp. Santo	5	197
Goiás	12	558
Maranhão	8	1.066
Mato Grosso	7	433
Minas Gerais	52	7.525
Pará	11	480
Paraíba	5	251
Paraná	16	1.245
Pernambuco	39	1.478
Piauí	13	621

R. G. Norte	18	797
R. G. Sul	28	13.685
R. Janeiro	19	2.135
Sta. Catarina	36	4.948
São Paulo	56	8.947
Sergipe	1	58

Considerando-se que a AR de Prudentópolis, reconhecida em 28 de março de 1951, tomou o número 167 de sua série e que a AR de Iratí, sua imediata no Paraná e reconhecida em 20 de dezembro do mesmo ano já teve seu número de registro aumentado para 427, teremos um eloquente exemplo de atividade associativa rural em outros Estados, onde, em poucos meses, foram fundadas, instaladas, reconhecidas e registradas 260 Associações Rurais para uma única paranaense.

Trazendo ao seu conhecimento êsses incontestáveis resultados estatísticos, venho apelar para o espírito empreendedor de V. Senhoria no sentido de integrar o seu Município no grande movimento ruralista nacional, agora que já está completado o ciclo de sua organização, pois a FARP congregando a quase totalidade das atuais AA.RR. paranaenses, faz parte, por sua vez, da Confederação Rural Brasileira, de cuja fundação par-

ticipou em setembro de 1951, motivo por que é possível assegurar um clima propício para o desenvolvimento de Associações Rurais em nosso Estado, principalmente agora, quando as melhores energias nos mais variados setores de nossas atividades procurarão colocar o Paraná num nível bastante elevado em razão da próxima comemoração de seu Centenário.

E' inegável que será da maior importância o apoio que V. Senhoria emprestar ao incremento do ruralismo em seu Município, quer pessoalmente, quer por intermédio de pessoas dispostas a dedicar uma parte de seus esforços em benefício de uma causa que não é somente de seus municípios ruralistas, mas de todo o Paraná e do Brasil.

Na esperança de um bom acolhimento, o Sr. Presidente da FARP incumbiu-me de colocar esta Entidade a disposição de V. Senhoria para qualquer esclarecimento sobre o assunto, inclusive oferecer assistência técnica à eventual organização de uma Associação Rural nesse importante Município.

Atenciosamente,

Miguel Matiskei
Secretário Geral"

Federação das Associações Rurais do Paraná

Do sr. Presidente da Primeira Assembléia Geral Ordinária da FARP, recebeu esta Revista a comunicação de que na Assembléia, realizada a 14 de Janeiro último, foi renovado o terço do Conselho Deliberativo e ratificadas as modificações ocorridas na Diretoria Executiva da referida Entidade Rural, estando, presentemente, os seus diversos Órgãos constituídos da maneira seguinte:

CONSELHO DELIBERATIVO

ADALBERTO JUNQUEIRA E SILVA	EMILIO RODRIGUES DOS SANTOS
ADOLFO DE OLIVEIRA FRANCO	ERNANI GUARITA CARTAXO
ALEXANDRE GUTIERREZ	FLORIANO INCOT
ACHELAU DE ALMEIDA TORRES	GARIBALDI REALE
ARISTIDES CARVALHO DE OLIVEIRA	HERMES MACEDO
ARMANDO PETRELLI	JOSE NAUFFAL
DILDRICH CRAMER v. CLAUSBRUCH	JULIO SESSAK
NILSON BAPTISTA RIBAS	

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente	: RUY ALVES DE CAMARGO
Vice-Presidentes	: SATURNINO LUZ EDUARDO SPRADA MATHIS BOHN
Secretário Geral	: MIGUEL MATISKEI
Secret. Auxiliar	: CARLOS E. V. DE LEAO
1.º Tesoureiro	: JAYME CANET
2.º Tesoureiro	: ROMARIO FERNANDES DA SILVA

DIRETORIA TECNICA

ALEXANDRE ZAINKO	JAZIEL SOTTO MAIOR LAGOS
HARRY CARLOS WEKERLIN	RUBENS SUPPLY F. DO AMARAL
	VITAL RIBAS

COMISSÃO FISCAL

Efetivos	Suplentes
RIVADAVIA DE MACEDO (Presidente)	AUGUSTO BUSMAN
FELICIANO GUIMARÃES NETTO	EUNIL CORREIA DE OLIVEIRA
JOSE CAETANO FERREIRA JR. (Convocado)	

Agradecidos pela gentileza da comunicação, daqui formulamos os melhores votos para a prosperidade daquela entidade, sem favor uma das maiores esperanças para o movimento associativo que se opera no país sob as normas do Decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945.

ALIMENTO E MATÉRIA PRIMA DAS INDÚSTRIAS

POPUNHA — UMA PALMEIRA IMPORTANTE PARA A AGRICULTURA NACIONAL

EURICO SANTOS

Como é sabido de todos, a família das palmeiras encerra preciosidades vegetais de alto valor, plantas de uma utilidade tão grande que se desaparecessem causariam o empobrecimento de grande parte do mundo.

A tamareira, por exemplo, constitui o alimento básico de 50 milhões de criaturas humanas.

O côco de dendê e da Bahia, produtores de substâncias oleaginosas, fornecem, hoje, matéria prima de grandes indústrias.

A carnaubeira, a piassaveira, o babaçu e tantas outras, no Brasil, concorrem para o aumento de nossa exportação.

Por todo o Brasil as palmeiras ajudam o homem na luta pela vida, fornecendo frutos muito procurados e alimentícios, como o assai, a pupunha e tantos outros, fibras, caibros, fôlhas, palmitos.

O VALOR EXCEPCIONAL DAS PALMEIRAS

Convém recordar que durante 60 anos, o quilombo dos palmares, com 30.000 negros fugidos, manteve-se à custa principalmente de palmeiras. Das fôlhas fabricavam vários artefatos, como chapéus, esteiras, cestos, abanos, peneiras, vassouras e serviam ainda, e principalmente, para cobertura de suas choupanas, alimentavam-se de caça, de alguns animais domésticos, de algumas lavouras, mas as palmeiras prestaram-lhes enormes serviços, principalmente na fase inicial. Com as palmeiras conseguiam azeite para alimentação, manteiga, uma bebida vinosa, amêndoas, palpas saborosas e palmitos alimentícios.

Ainda em nossos dias temos o exemplo de um município que vivia, pode-se dizer, à custa de palmeiras nativas do gênero *Côcos*.

Gregório Bondar, cientista de há muito radicado no Brasil, em 1939 publicou um estudo, no qual demonstrou que no município de Terezina e Bahia, a população vivia regularmente abastecida quase nada devendo à cultura do solo. Criavam galinhas e porcos sem plantar nem milho nem mandioca. E possuíam 100 mil cabeças de porcos!

"O principal sustentáculo dos seres vi-

vos da região são as palmeiras nativas do gênero *Côcos*, — escreve aquele cientista, — principalmente o licurizeiro e o arari". Estas duas palmeiras entravam com 90% para a economia da população.

CARACTERÍSTICAS DA PUPUNHA

Ocorrem-me estes fatos ao me querer referir a outra preciosíssima palmeira: a pupunha, que os botânicos denominam *Bactris speciosa*. É palmeirinha fina de 12 a 18 m. de altura, de tronco armado de espinhos e produtora de frutos ovais ou arredondados, vermelhos ou amarelados, quando maduros. Estes frutos de 2½ a 4½ cm. de diâmetro encerram uma massa amarela, amilácea que quando cozida é saborosa e alimentícia.

Posto que seja alimentos dos índios e caboclos de Costa Rica, Equador, Colômbia, Nicarágua, Guinaas e Amazonas, tal fruto tem sido elogiado pelo sabor e valor alimentício por homens de ciência, como Wilson Popenoe, Oton Jiménez, David Fairchild, Dr. Rice. Fairchild confessava que o acha de delicado sabor e excelente como a castanha. Popenoe diz que tal palmeira deveria ser introduzida em tôdas as regiões tropicais, como grande recurso alimentar.

Os autores avaliam em cerca de 70 kg. a colheita de uma só árvore quando em plena produção.

Num estudo publicado no número 3, do tomo 6.º dos "Arquivos Brasileiros de Nutrição", preconiza-se a exploração da pupuneira, pedindo-se para ela a atenção dos poderes competentes. Serve para o consumo local e para exportação, pois os frutos podem ser transportados crus ou cozidos ou industrializados. Grande é sua riqueza em hidratos de carbono (40,9) em matérias gordas (6,7) e matérias azotadas (2,8). É uma extraordinária fonte de vitamina A, pois contém 14.800 unidades internacionais.

Trata-se, portanto, de uma palmácea tão valiosa como a dtileira, o coqueiro da Bahia, o dendezeiro, a carnaúba, etc.

Noticias e Informações

SEGUNDA REUNIAO LATINO-AMERICANA DE GENETICISTAS E FITO-PATOLOGISTAS

Instalou-se em São Paulo, no Instituto Biológico do Estado, a II Reunião Latino-americana de Geneticistas e Fitopatologistas, que congregou numerosos cientistas nacionais e estrangeiros. Numerosas teses sobre assuntos os mais interessantes foram apresentados e debatidos pelos cientistas presentes. As teses serão publicadas em volume especial, a expensas da Fundação Rockefeller.

NOVA FORMA DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DOS PECUARISTAS

O Presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de um projeto de Lei dispondo sobre o pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino e, bem assim, de outras providências.

De acordo com o que focaliza a referida mensagem, o principal objetivo do referido projeto de Lei é "conjurar os efeitos que ainda perduram da crise que irrompeu há mais de um lustro nos maiores centros de produção pecuária do Brasil Central a fim de solucionar definitivamente os problemas ligados à recuperação e expansão dos rebanhos.

AMPARO A PRODUÇÃO DE BORRACHA

O Sr. Presidente da República sancionou decreto dispondo sobre a obrigatoriedade do plantio de seringueiras pelas empresas produtoras de artefatos de borracha. Tais empresas, deverão provar, perante a Comissão Executiva de Defesa da Borracha haverem invertido 20% de seus lucros líquidos anuais no plantio de seringueiras.

Estabelece ainda o referido decreto que a obrigação do plantio de seringueiras poderá ser cumprido pelas indústrias de artefatos de borracha diretamente, através de organizações suas, pela participação no capital de empresas especializadas pela tomada de títulos ou contratos especiais com pessoas físicas ou jurídicas dedicadas à plantação de seringueiras, em zonas próprias (de acordo com o Ministério da Agricultura).

PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

O Ministro da Agricultura, Dr. João Cleofias, visando assegurar o desenvolvimento da pecuária assinou portaria criando as seguintes Comissões Nacionais de Pecuária de Corte,

de Pecuária de Leite, de Brucelose, de Peste Suína, de Raiva e de Parasitoses.

Todas as referidas comissões deverão apresentar ao Sr. Ministro da Agricultura um plano de trabalho que assegure o desenvolvimento da pecuária nacional.

ABATIMENTO NO TRANSPORTE DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

O Sr. Ministro da Agricultura designou uma comissão para estudar e propor um ante projeto de decreto dando nova regulamentadores e criadores registrados no Ministério dação ao dispositivo legal que concede a lavra-Agricultura abatimento de 50% nos fretes de mercadorias e materiais destinados ao fomento ferro da União ou por esta administradas. to agro-pecuário e transportados em estradas

AMPARO AOS PRODUTORES DE ALGODÃO

O Exmo. Sr. Presidente da República assinou decreto fixando preços mínimos e assegurando o financiamento aos produtores de algodão. De acordo com o referido decreto da safra de 1952 a garantia de preços mínimos fica assegurado ao algodão em pluma do país nas seguintes modalidades:

- a — aquisição do produto pelo preço de Cr\$ 250,00 por arroba de 15 quilos para o tipo 5 de padronização oficial do Ministério da Agricultura, com fibra de 28 a 30 cms, acondicionado em fardos com a densidade média nunca inferior a 400 quilos por metro cúbico;
- b — 80% de financiamento na base do preço mínimo fixado.

De acordo com o referido decreto, ficaram liberados até 28 de Fevereiro de 1953 a produção e o comércio dos sub-produtos do algodão (caroço, linter, torta e óleo) destinados ao mercado interno, excetuadas as cotas entregues à pecuária de leite do país.

UM MILHÃO DE CRUZEIROS PARA OS LAVRADORES QUE MAIS SE DISTINGUIRAM NA PRÁTICA DO COMBATE A EROSAO

O Dr. Pacheco Chaves, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, em sessão presidida pelo Governador do Estado, Prof. Lucas Garcez, fez entrega de prêmios no valor de um milhão de cruzeiros aos lavradores do Estado que mais se distinguiram na prática

do combate à erosão, de acordo com o que instituiu o decreto n.º 20.670 de Agosto de 1951. Para efeito de distribuição de prêmios as práticas de combate à erosão foram assim classificadas:

- a — culturas em nível
- b — culturas em faixas
- c — terraceamento
- d — cordões em contorno
- e — adubação verde.

Os prêmios foram assim distribuídos:

- a — Cr\$ 400.000,00, para terraceamento
- b — Cr\$ 10.000,00 para culturas em faixas
- c — Cr\$ 180.000,00 para cordões em contorno
- d — Cr\$ 143.000,00 para culturas em nível
- e — Cr\$ 97.000,00 para adubação verde.

CRÉDITO À PRODUÇÃO

De acordo com os dados da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional as variações para mais nos créditos do Banco do Brasil destinados à produção foram as seguintes:

- a — créditos agrícolas, mais 12%
- b — créditos pecuários, mais 14%
- c — crédito agro-pecuários, mais 58%

LEITE EM PÓ

Nas proximidades da rodovia Presidente Dutra, em Guaratinguetá, será instalada por uma cooperativa de leite moderna usina de desidratação de leite, com capacidade para transformar em pó, em 8 horas de trabalho, 30.000 litros de leite ou 60.000, num regime de 16 horas de trabalho diário.

NOVA DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Empossou-se no dia 1-2-1950 no cargo de Presidente da F.A.R.E.S.P., o deputado Iris Maimberg que, por expressiva maioria de votos foi reeleito para o importante cargo. A solenidade contou com a presença de elementos da alta administração do país, entre os quais o Governador do estado, o Ministro da Agricultura, etc., e de numerosos representantes de associações de classe. A Sociedade Nacional de Agricultura se fez representar pelo seu Diretor Técnico, Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira.

CHÁCARA SANTA CRUZ

Grande cultivo de coqueiro anão

AVENIDA DA AREIA BRANCA

CURATO DE SANTA CRUZ — DISTRITO FEDERAL

VENDEM-SE MUDAS SELECIONADAS

Encomendas: Rua Miguel Lemos, 126-Fone 270521 — Copacabana



A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL
DA AMÉRICA LATINA

FUNDADA EM 1881

Agora...

Biscoitos **"PETYBON"**

MAIS UM PRODUTO

— DAS —

INDÚSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO

S.A. I. R. F. MATARAZZO

PRÉDIO CONDE MATARAZZO — PRAÇA PATRIARCA

CAIXA POSTAL 86 — FONE: 35 - 6171

SÃO PAULO — BRASIL

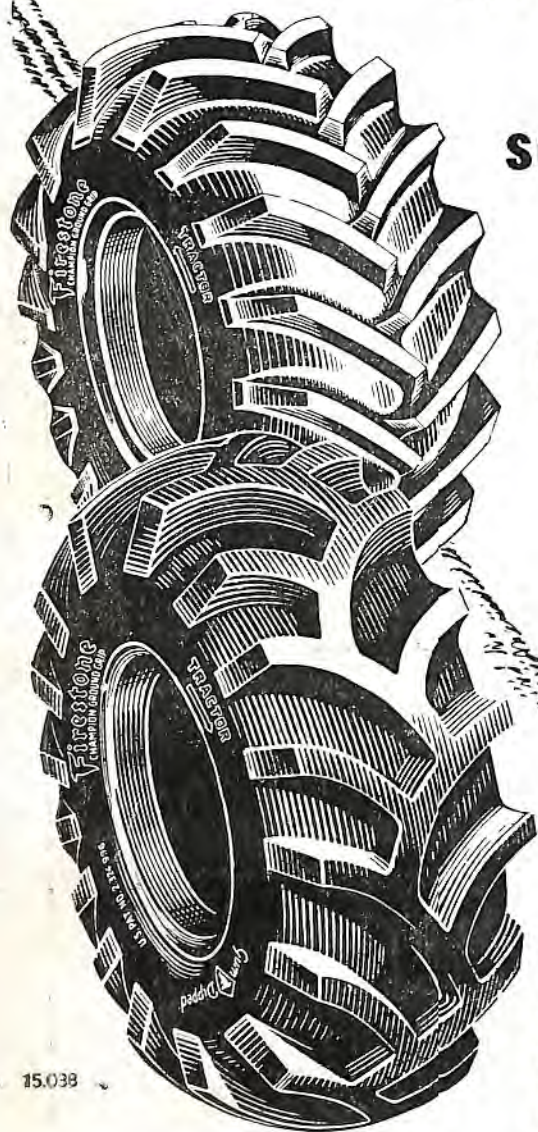


Na terra dura

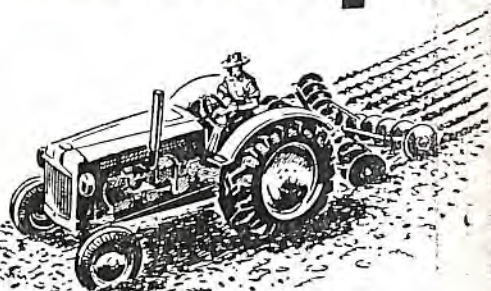
ou fôfa...

**seu trator RENDE MAIS
com pneus**

Ground Grip



15.038



**MÁXIMO... em Tração
e Resistência**

Em sua fazenda o se..hor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

Rode sobre

Firestone

O PNEU MAIS SEGURO E DURÁVEL ATÉ HOJE FABRICADO

